

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

**ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS**

Porto Alegre

2017

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

**ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik

Porto Alegre

2017

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Brancher, Pedro Txai Leal

Estrutura e agência nas relações internacionais:
análise da relação entre processos de construção do
Estado e a evolução dos sistemas políticos
internacionais / Pedro Txai Leal Brancher. -- 2017.
78 f.

Orientador: Marco Aurélio Cepik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Sistema internacional. 2. Estrutura. 3.
Agente. 4. Construção do Estado. 5. Teoria relações
internacionais. I. Cepik, Marco Aurélio, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

**ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Otávio Dulci
PUCMG

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) estudantes, professores e técnicos que trabalham para o aprimoramento da educação em nosso país. Especificamente, dedico às milhares de pessoas que optam pela cansativa, apaixonante e pouco valorizada vida acadêmica e docente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado Brasileiro por minha bolsa de pesquisa e pela existência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradeço as autoras(es) cujas obras são a matéria prima que constitui esse trabalho.

Agradeço às professoras(es) que contribuíram para minha formação, desde as primeiras palavras que se formaram em minhas cordas vocais até os textos e debates na pós-graduação. Em especial, agradeço ao meu professor, orientador, exemplo e amigo Marco Cepik.

Agradeço as minhas mães por tudo que se pode imaginar.

Agradeço às amigas(os), dindas(os) e familiares pelo amor e carinho que me permitem enfrentar a vida e seus caprichos com um sorriso no rosto.

“É nisso que se empenha este ensaio. Ele repousa sobre a hipótese de que nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem, que não teve começo na história da humanidade. Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar” (ELIAS, 1998, p. 10).

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre competição, estrutura e agência nas Relações Internacionais. Ele se estrutura em três partes. A primeira parte contextualiza o estudo na agenda de pesquisa dos Estudos Estratégicos Internacionais. Para tanto, discute-se a pertinência do debate agente-estrutura, bem como delimitam-se os pressupostos ontológicos que nortearão o restante do trabalho. A segunda parte é o artigo. Analisam-se os efeitos da competição no processo de evolução dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados. Por conta disso, discute-se a ontologia de cada objeto de análise e, em seguida, busca-se os mecanismos causais que conectam suas respectivas trajetórias evolutivas. De acordo com os atores e meios envolvidos, três dimensões de competição social são identificadas: competição internacional; construção do estado; e concorrência regulada. A hipótese de trabalho é que os resultados das interações entre as estratégias escolhidas pelos agentes para enfrentar o tipo de competição com que se deparam causam mudanças na estrutura dos sistemas políticos internacionais, nacionais e nas características das organizações políticas estatais. Na terceira parte, discute-se as implicações teóricas e práticas decorrentes do trabalho, bem como são assinaladas perspectivas para a continuação da agenda de pesquisa. Sugere-se que a incorporação de conceitos e categorias desenvolvidas pela literatura de Teoria de Sistemas e da Complexidade é fundamental para a superação de dicotomias ontológicas e epistemológicas nas ciências sociais. Ademais, argumenta-se que o aperfeiçoamento das organizações políticas é indissociável da compreensão de que a busca por defesa e segurança pelos estados não é apenas uma força destruidora, mas também pode produzir efeitos que potencializam a coesão social e expandem direitos fundamentais. Logo, propõe-se que a agenda de pesquisa decorrente desse trabalho deverá se debruçar sobre a questão de quais são as condições em que interações competitivas contribuem para o surgimento de organizações políticas capazes de sobreviverem e atuarem no sistema político internacional contemporâneo, bem como proverem segurança, bem-estar e direitos políticos para seus cidadãos.

Palavras-chave: Sistemas políticos internacionais. Agência. Estrutura. Construção do Estado.

ABSTRACT

This paper deals with the relationship among competition, structure and agency in International Relations. The study is structured in three parts. The first part contextualizes the work in the research agenda of the International Strategic Studies. Therefore, we discuss the relevance of the agent-structure debate, and delimit the ontological assumptions and that will guide the rest of the study. The second part is the article. It analyzes the effects of competition in the process of evolution of international political systems, national political systems and states. On that account, discusses the ontology of each object of analysis, and then seeks the causal mechanisms that connect their evolutionary trajectories. According to the actors and means involved three dimensions of social competition are identified: international competition; construction of state; and regulated competition. The working hypothesis is that the results of the interactions among the strategies chosen by agents to cope with the kind of competition they encounter cause changes in the structure of international political systems, national political systems and in the characteristics of the state political organizations. In the third part, it is discussed theoretical and practical implications resulting from study, and also prospects for the continuation of the research agenda. It is suggested that the incorporation of concepts and categories developed by Systems and Complexity Theory is fundamental to overcoming ontological and epistemological dichotomies in the social sciences. Moreover, it is argued that the improvement of our political organizations is inseparable from the understanding that the search for security and defense by states is not only a destructive force, but can also produce effects that enhance social cohesion and expansion of fundamental rights. Therefore, it is proposed that the research agenda derived from the study should lean over the question of what are the conditions under which competitive interactions contribute to the emergence of political organizations able not only to survive and act in the contemporary international political system, but also provide security, welfare, and political rights to its citizens.

Keywords: International systems. Agent-structure. State-building.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1 – Modelo da Relação Agente–Estrutura de acordo com o Realismo Científico 19

Capítulo 2

Figura 1 – Modelo da Evolução Temporal da Relação Agente–Estrutura nos Sistemas Políticos Internacionais 34

Figura 2 – Modelo da Evolução da Relação Agente–Estrutura no Processo de Expansão do Reino Qin 41

Figura 3 – Dimensões de Competição e a Relação com os SPI e SPN 50

Figura 4 – Modelo da Evolução Temporal da Relação Agente–Estrutura no Processo de Construção dos Estados Europeus 56

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

Quadro 1 – Perspectivas Ontológicas sobre o Problema Agente–Estrutura20

Capítulo 2

Quadro 1 – Distinções Ontológicas entre Sistemas Políticos Internacionais e Sistemas Políticos Nacionais24

Quadro 2 – Distinções Ontológicas entre Sistemas Abertos e Sistemas Fechados32

Quadro 3 – Impacto das Reformas Fortalecedoras na Competição Internacional e na Formação do Estado.....36

Quadro 4 – Dimensões de Competição envolvendo os Agentes dos SPI e SPN48

LISTA DE MAPAS

Capítulo 2

- Mapa 1 – Sequência de Conquistas do Reino Qin sob os Reinos que Constituíam o SPI chinês35**
- Mapa 2 – Organizações Políticas no Sistema Político Internacional Europeu em 1400 ..56**
- Mapa 3 – Organizações Políticas no Sistema Político Internacional Europeu em 1900 ..56**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EEI – Estudos Estratégicos Internacionais

SPI – Sistemas Políticos Internacionais

SPN – Sistemas Políticos Nacionais

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | O PROBLEMA AGENTE-ESTRUTURA E OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS | 13 |
| 2 | ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:..... | 21 |
| | RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS | 21 |
| 2.1 | INTRODUÇÃO | 22 |
| 2.3 | SISTEMAS POLÍTICOS NACIONAIS: CONSTRUÇÃO DO ESTADO E CONCORRÊNCIA REGULADA | 41 |
| 2.4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| 3 | COMPETIÇÃO, GUERRA E MUDANÇA SOCIAL:..... | 63 |
| | IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PROJEÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA..... | 63 |
| | REFERÊNCIAS..... | 71 |

1 O PROBLEMA AGENTE–ESTRUTURA E OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

Este estudo se insere no debate acerca da relação entre agente e estrutura nas ciências sociais. Ou seja, refere-se à controvérsia ontológica entre se priorizar analiticamente as partes ou o todo social (FRIEDMAN; STARR, 1997, ARCHER, 1996, WENDT, 1987, 1999, BHASKAR, 2008). Considera-se que toda pesquisa precisa desenvolver ou incorporar pressupostos ontológicos acerca dessa questão, na medida em que ela precede logicamente definições epistemológicas e metodológicas. Conforme sintetiza Colin Hay (2006, p. 84, tradução nossa):

Nós não podemos saber o que somos capazes de conhecer (epistemologia) até que tenhamos definido (uma série de pressupostos sobre) a natureza e o contexto no qual esse conhecimento deve ser adquirido (ontologia). De mesmo modo, nós não podemos decidir sobre estratégias apropriadas de se interrogar processos políticos (metodologia) até que tenhamos definido os limites da nossa capacidade de conhecer tais processos (epistemologia) e, de fato, a natureza desses próprios processos.¹

No âmbito das Teorias de Relações Internacionais, a existência de sistemas internacionais é consenso considerável (WALTZ, 1979, GILPIN, 1981, KRASNER, 1982, WENDT, 1999, MEARSHEIMER, 2000, ARRIGHI, 2010). No entanto, há desacordos sobre a ontologia desses sistemas: a definição de seus agentes, de suas estruturas e das interações entre essas duas entidades (FRIEDMAN; STARR, 1997). Ademais, soma-se o fato de que: “a tarefa de resolver o problema agente-estrutura é complicada no nível internacional, pois o agente não é um indivíduo, mas uma instituição”² (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 61, tradução nossa). Isto é, o problema agente–estrutura no âmbito das Relações Internacionais se refere não só à relação entre os comportamentos das unidades com os incentivos e constrangimentos provenientes da estrutura social em que se inserem, mas também ao processo de formação e evolução dos agregados humanos que constituem os próprios agentes dos sistemas internacionais.

¹ No original: “*We cannot know what we are capable of knowing (epistemology) until such time as we have settled on (a set of assumptions about) the nature of the context in which that knowledge must be acquired (ontology). Similarly, we cannot decide upon an appropriate set of strategies for interrogating political processes (methodology) until we have settled upon the limits of our capacity to acquire knowledge of such processes (epistemology) and, indeed, the nature of such processes themselves (ontology)*”.

² No original: “*the task of resolving the agent-structure problem is complicated at the international level because the agent is not an individual but an institution*”

Neste trabalho, pressupõe-se que, em função da ausência de autoridade central, a história das interações entre as organizações políticas que compõem os sistemas internacionais é caracterizada pela competição, incerteza comportamental e o recorrente uso ou ameaça do uso da força física (WALTZ, 1979). Por conta disso, concorda-se com a afirmação de Buzan; Little (2000, p. 80, tradução nossa): “estados que não representam ameaças militares entre si não constituem um sistema internacional”³ e com o argumento de Baylis; Wirtz (2002, p. 12, tradução nossa) de que: “a força e o poder militar continuam sendo uma importante moeda no sistema internacional no início do século XXI”⁴.

É nesse contexto que a pesquisa se insere nos Estudos Estratégicos Internacionais (EEI). Os EEI constituem uma área interdisciplinar do conhecimento, cujo objetivo é compreender os elementos que permeiam o emprego e a ameaça do uso da força no âmbito internacional. Desse modo, trata-se não apenas da avaliação dos nexos causais entre o poder militar e objetivos políticos (GRAY, 2006, p. 3), mas também das dimensões e das consequências da preparação e das ações estatais que visam a defesa e a segurança das organizações políticas (FIGUEIREDO, 2010, p. 273). Logo, tanto o ambiente de interação da política internacional quanto a natureza de seus agentes são objetos de análise dos Estudos Estratégicos Internacionais. Conforme sintetizam Diniz, Proença e Raza (1999, p. 16, grifo nosso):

Os Estudos Estratégico buscam entender, analisar e explicar o agregado do conhecimento e das conjecturas humanas sobre os conflitos, assim como a evolução das motivações e meios de conflitos potenciais ou concretos. Para isso, **formulam e interpretam teorias que estabelecem um conjunto lógico ou sistema de proposições sustentáveis ou plausíveis com validade e aceitação contextualizadas que refletem a dinâmica interativa entre os conflitos e as sociedades nas quais estes têm lugar.**

Nesse sentido, argumenta-se que o problema agente–estrutura nos EEI trata da relação entre os elementos estruturais que caracterizam a competição nos sistemas políticos internacionais, com as escolhas estratégicas dos estados para enfrentar os constrangimentos com que se deparam. Para tanto, avaliações sobre os elementos estratégicos, doutrinários, operacionais e táticos que envolvem a preparação e a projeção de força militar são

³ No original: “a set of states that cannot pose each other a military threat fail to constitute an international system”

⁴ No original: “force and military power continue to be an important currency in the international system at the beginning of the twenty-first century”

fundamentais⁵. Trata-se de encontrar os nexos entre a estrutura da política internacional com as escolhas estratégicas dos estados.

Dito isso, nota-se que, de acordo com Margaret Archer (1996) e Bear Braumoller (2012), as explicações propostas pelos cientistas sociais para a questão agente–estrutura residem entre dois extremos. O primeiro se vincula ao **individualismo metodológico**, o qual considera os indivíduos como as unidades fundamentais da realidade social (TILLY; GOODIN, 2006, p. 10). Isto é, atribui-se primazia ontológica aos agentes em detrimento do todo. Desse modo, as estruturas dos sistemas são consideradas epifenômenos do comportamento das unidades e, conseqüentemente, não exercem efeitos causais. O argumento de que o sistema internacional seria pacífico caso todos os estados possuíssem sistemas políticos democráticos é exemplo da influência dessa perspectiva ontológica no âmbito das Teorias de Relações Internacionais (RAY, 1997; RUSSET; STARR, 2000).

Argumenta-se que a imprecisão dessa abordagem reside no pressuposto de que o comportamento agregado do sistema é igual à soma dos atributos e comportamentos das unidades. Essa premissa somente é válida em modelos teóricos nos quais relações de casualidade direta expliquem a totalidade dos efeitos produzidos pelas interações entre os agentes (VASCONCELLOS, 2013, p. 67). Contudo, em sistemas permeáveis ao ambiente externo e compostos por reiteradas interações entre muitos agentes, isolar relações causais entre pares de variáveis é extremamente complicado (BERTUGLIA; VAIO, 2005, p. 265). Nesses casos, em função da interconexão entre suas unidades, pequenas alterações podem desencadear grandes e inesperadas conseqüências (HARDIN, 1963, LEWIN, 1994, JERVIS,

⁵ A agenda de pesquisa em Segurança Internacional nas duas últimas décadas se distanciou do estudo sobre os elementos doutrinários, operacionais e táticos que envolvem o uso do poder militar no sistema internacional. Por um lado, o programa de pesquisa neorrealista evoluiu a partir de duas agendas: i) a conceptualização e mensuração de indicadores de poder que identificam os polos do sistema e ii) a análise dos efeitos de diferentes configurações estruturais de poder (unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade) sobre o comportamento das unidades (MEARSHEIMER, 2000; POSEN, 2003; WOHLFORTH, 2012; CEPIK, 2013). Em relação ao primeiro ponto, nota-se a necessidade de se estabelecerem indicadores de poder que, além de serem empiricamente operacionalizáveis e manterem certo nível de agregação analítica, captem os elementos da realidade a demonstrar a capacidade das unidades. De fato, a própria definição sobre quais recursos devem ser incluídos em uma definição de poder é extremamente controversa tanto nos Estudos Estratégicos quanto nas Relações Internacionais. Ver Tellis *et al.* (2000). No que tange à segunda agenda, as controvérsias teóricas consistem em se identificar qual foi a polaridade que emergiu após o fim da Guerra Fria (unipolaridade ou multipolaridade) e seus respectivos efeitos para a estabilidade do sistema. Ver Waltz (1997, 1999), Diniz (2006), Layne (2012) e Wohlforth (2012). Por outro lado, abordagens vinculadas ao construtivismo e à teoria crítica expandiram a agenda de pesquisa da área de Segurança Internacional, tornando-a multidimensional. Destacam-se estudos que enfatizam os aspectos culturais e valorativos que sustentam a ordem internacional, que avaliam os processos intersubjetivos de securitização, bem como análises direcionadas para ameaças securitárias não militares à vida dos indivíduos (BUZAN, 1991; Wendt, 1999). Tal expansão da agenda foi muito importante para reforçar a conexão entre segurança, defesa, cidadania e desenvolvimento, mas ela também tendeu a afastar-se dos problemas específicos da guerra.

1998). Logo, embora seja possível discernir ontologicamente as partes de qualquer sistema, a natureza do todo será sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 1982, p. 260).

Assim, concorda-se com a afirmação de Waltz (1979, p. 64) de que a dinâmica da política internacional não pode ser inferida a partir dos atributos internos dos estados. Ou seja, na medida em que sistemas políticos internacionais são sistemas sociais abertos, a interação entre os agentes, estrutura e variáveis exógenas resultam em padrões agregados irredutíveis à soma das partes, bem como em processos evolutivos não lineares. Logo, ainda que não sejam caóticos, sua lógica de funcionamento não pode ser explicada de maneira reducionista⁶ e sua evolução não é determinística⁷. Isto é, são sistemas que não podem ser interpretados por modelos nomológicos, mas que não são totalmente aleatórios, e, portanto, a compreensão de seus mecanismos de funcionamento é inteligível.

O extremo oposto consiste na perspectiva ontológica do **estruturalismo** que atribui maior peso causal para a estrutura do sistema como determinante de seu funcionamento (JERVIS, 1998, JACCARD; JACOBY, 2008). Nesse caso, padrões de ordem que emergem de maneira descentralizada e não intencional formariam o nível estrutural. Este, por sua vez, constrangeria, incentivaria e selecionaria os comportamentos dos agentes. Em outras palavras, “assume-se que os seres humanos estão presos em estruturas sociais que eles não criaram e que não possuem controle”⁸ (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 103, tradução nossa). Deriva-se desse pressuposto que a ação individual possui baixa capacidade de interferência na trajetória evolutiva sistema, pois seu resultado depende fundamentalmente de sua adequação aos mecanismos de seleção derivados da estrutura social em que se insere.

Apesar de que seus pressupostos não tenham sido assimilados totalmente, essa perspectiva influenciou as Teorias das Relações Internacionais por meio do programa de pesquisa neorrealista⁹ (WALTZ, 1979, MEARSHEIMER, 2000, LAYNE, 2012), sendo também incorporada pela agenda do neoliberalismo institucional (KRASNER, 1982,

⁶ De acordo com Jaccard e Jacoby (2009, p. 69, tradução nossa), reducionismo significa: “a tentativa dos cientistas de identificar, separar ou reduzir a natureza nos seus componentes menores”. É importante salientar que, na medida em que modelos teóricos são simplificações da realidade, eles necessariamente relizarão reducionismos. O que se está criticando é o não reconhecimento de que tanto estruturas quanto agentes são entidades relevantes e que exercem efeitos no processo evolutivo dos sistemas sociais.

⁷ Por determinismo, entende-se o pressuposto ontológico de que a trajetória de evolução do sistema é regida por leis invariáveis e determinada por suas condições iniciais. Nota-se que decorre desse pressuposto a noção epistemológica de que “se conhecemos os princípios que regem a evolução da trajetória e se conseguirmos caracterizar bem o estado inicial do sistema, poderemos prever com segurança sua evolução” (VASCONCELLOS, 2013, p. 86).

⁸ No original: *it is assumed that human beings are caught in the grip of social structures which they did not create and over which they have no control*

⁹ É importante salientar que o modelo teórico desenvolvido por Kenneth Waltz (1979) e que constitui o fundamento do programa de pesquisa neorrealista não desconsidera a capacidade de agência das unidades.

KEOHANE; MARTIN, 1995)¹⁰. Ambos pressupõem que os agentes dos sistemas políticos internacionais interagem em uma estrutura anárquica (não há autoridade superior) que tende a se reproduzir ao longo do tempo. Embora as unidades possuam capacidade agencial, comportamentos que não se adequem à disposição relativa da unidade na distribuição de poder no sistema (polaridade) tenderão a ser penalizados. Desse modo, o principal objetivo estratégico dos estados seria compreender adequadamente os incentivos estruturais para sobreviver ou maximizar sua posição na distribuição de poder de um sistema de interações dotado de uma estrutura invariavelmente anárquica (WALTZ, 1979, MEARSHEIMER, 2000).

Antecipando o argumento defendido no artigo, concorda-se que o princípio da anarquia é elemento fundamental na definição ontológica dos sistemas políticos internacionais. A descentralização de poder e a ausência de autoridade superior impedem a especialização funcional entre os estados e diferenciam os sistemas políticos internacionais de sistemas políticos nacionais (WALTZ, 1979). No entanto, argumenta-se que não há uma lei de ferro que garanta a reprodução dessa estrutura (WOHLFORTH; LITTLE; KAUFMAN, 2007, p. 20). Ou seja, a insuficiência do modelo neorrealista consiste na interpretação nomológica do mecanismo da balança de poder¹¹, não da conceituação do princípio de ordem do sistema. De fato, argumenta-se que as interações estratégicas entre organizações políticas em um sistema anárquico podem originar mecanismos que incentivem a concentração de poder e transformem o princípio de ordem do sistema. Assim, os agentes possuiriam capacidades de influenciar o processo evolutivo da estrutura; e, portanto, a própria continuidade da existência dos sistemas internacionais se torna dependente de contingências históricas.

Por sua vez, a **Teoria da Estruturação** desenvolvida por Giddens (1979) e introduzida nas Teorias de Relações Internacionais por Wendt (1987; 1999) se apresentou como alternativa aos dois extremos. Nesse caso, pressupõe-se que estruturas e agentes são entidades inseparáveis e mutuamente constituídas durante os processos interacionais. A implicação dessa suposição é a de que a política internacional não apresentaria necessariamente uma estrutura competitiva. Ou seja, “se os estados estão em sistema de auto-

¹⁰ O neoliberalismo institucional se difere do neorrealismo por considerar que as instituições internacionais poderiam mitigar os efeitos da anarquia e alterar determinadas preferências dos Estados. Ver Krasner (1982) e Keohane & Martin (1995).

¹¹ Para análises acerca das controvérsias teóricas em torno do conceito de balança de poder ver Wohlforth; Stuart & Richard (2007).

ajuda é porque suas práticas o criaram”¹² (WENDT, 1992, p. 407, tradução nossa). Logo, agentes não apenas seriam pressionados pela estrutura que emerge no nível agregado, mas também seriam capazes de transformar a natureza de tais constrangimentos mediante reiteradas interações.

Apesar de concordarem com o pressuposto de que a ação das unidades exerce efeitos sobre as características da estrutura, Archer (1996) e Friedman e Starr (1997) criticam a perspectiva da Estruturação. Segundo eles, os autores dessa corrente recorrem à conflação. Isto é, percebem agentes e estruturas como entidades ontologicamente inextrincáveis, o que lhes retira a autonomia conceitual, e esgota a possibilidade de identificação de relações causais entre elas (ARCHER, 1996, p. 669). Alexander Wendt (1987, p. 359, tradução nossa), por exemplo, afirma que: “estruturas são ontologicamente dependentes e constituídas pelas práticas e entendimentos dos agentes, os poderes causais e interesses desses agentes, por sua vez, são constituídos e, portanto, explicados pela estrutura”¹³. Assim, nota-se que a distinção conceitual entre agente e estrutura perde seu valor analítico, na medida em que ambos representam apenas elementos distintos da mesma entidade (ARCHER, 1996, p. 688).

Outra alternativa consiste na ontologia defendida pela corrente autodenominada **realismo científico** (BHASKAR, 2008). Tais autores argumentam que a realidade se apresenta de maneira estratificada, e níveis de complexidade irredutíveis, porém inter-relacionados, se justapõem. Em cada nível emergem padrões de ordem e mecanismos causais reais, mesmo que não necessariamente observáveis empiricamente (BHASKAR, 1998, p. 43, ABBOT, 2006, p. 21). Por conta disso, concebem que agentes e estruturas são entidades irreduzíveis, porém em constante interação ao longo de seus respectivos processos evolutivos (ARCHER, 1996). Conforme salienta Archer, (1996, p. 686, tradução nossa):

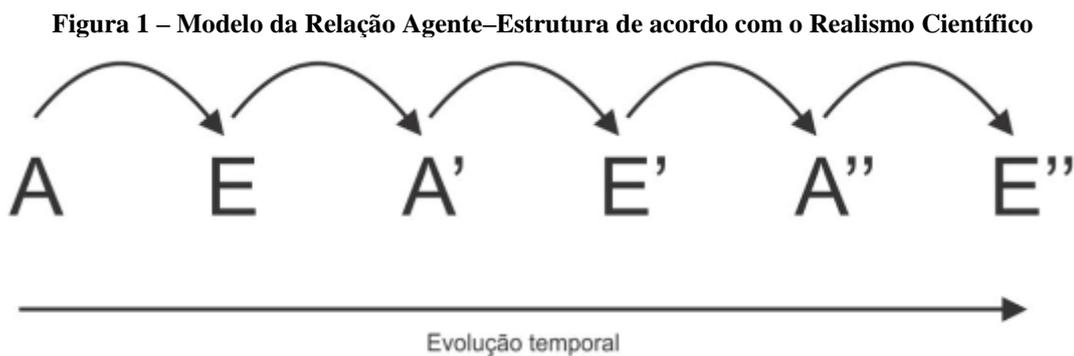
Ao invés de uma realidade uni-dimensional que se revela pelos nossos sentidos por meio de dados brutos, falar em emergência implica um mundo social estratificado que inclui entidades não observáveis, onde as tentativas de redução aos seus constituintes elementais não faz sentido, dado que as propriedades relacionais pertencentes a cada estrato são reais, isto é, não há sentido em se discutir se algo (como água) é mais real do que algo (como hidrogênio e oxigênio), e que a regressão como meio para determinar os constituintes últimos é uma distração desnecessária na teoria social e de qualquer outro tipo.¹⁴

¹² No original: “if states find themselves in a self-help system, this is because their practices made it that way”

¹³ No original: “structures are ontologically dependent and constituted by the practices and self-understandings of agents, the causal powers and interests of those agents, in their own turn, are constituted and therefore explained by structure”.

¹⁴ No original: “Instead of a one-dimensional reality coming to us through the 'hard-data' supplied by the senses, to speak of 'emergence' implies a stratified social world including non-observable entities, where reductive talk about its ultimate constituents makes no sense, given that the relational properties pertaining to each stratum are all real, that it is nonsense to discuss whether something (like water) is more real than

Nesse caso, objetiva-se manter a autonomia conceitual entre ambas as entidades para que os efeitos de uma sobre a outra sejam discerníveis. Para tanto, salienta-se que os elementos que definem ontologicamente os agentes não podem determinar ao mesmo tempo a estrutura (FRIEDMAN; STARR, 1997, p. 22). Ademais, delimitar a temporalidade da relação entre as duas entidades se torna fundamental. Agentes e estrutura seriam inter-relacionados, porém produziriam efeitos causais em momentos distintos. Logo, a importância das trajetórias históricas específicas é imprescindível, já que: “a explicação dos fenômenos sociais precisam dividir a dinâmica da relação agência estrutura em algum ponto do tempo e espaço”¹⁵ (FRIEDMAN; STARR, 1997, p. 25, tradução nossa). A Figura 1 abaixo ilustra o argumento, onde as letras (A, A', E, E') representam respectivamente agente e estrutura em momentos distintos, e as flechas, os mecanismos causais presentes em seus processos de interação.



Fonte: Adaptada de Friedman e Starr (1997, p. 26).

Considera-se que a combinação entre o pressuposto da anarquia do modelo waltziano e a perspectiva ontológica presente no realismo científico fornece uma heurística adequada para avaliação dos efeitos que a competição internacional exerce sobre a evolução da estrutura dos sistemas políticos internacionais e de seus agentes. Por exemplo, Victoria Tin-Bor Hui (2005) argumenta que o ambiente anárquico no período 656–221 a.C. incentivou os reinos chineses a transformarem suas instituições e mobilizarem recursos para enfrentarem as guerras. Por conta disso, foram criados não só exércitos maiores, mas também uma rede de organizações administrativas, fiscais e de policiamento. Por sua vez, o reino que melhor

something else (like hydrogen and oxygen), and that regress as a means of determining 'ultimate constituents' is of no help in this respect and an unnecessary distraction in social or any other type of theorising”.

¹⁵ No original: *explanation of social phenomena must slice into the dynamic agency structure relationship at somepoint in time and space”*

realizou reformas fortalecedoras e utilizou estratégias que se aproveitaram dos problemas de ação coletiva inerentes às alianças balanceadoras dominou as demais unidades e superou a estrutura anárquica do sistema (HUI, 2005, p. 38). O quadro abaixo sintetiza as quatro perspectivas ontológicas avaliadas e suas influências nas Teorias das Relações Internacionais:

Quadro 1 – Perspectivas Ontológicas sobre o Problema Agente–Estrutura

| <i>Perspectiva Ontológica</i> | <i>Premissas</i> | <i>Entidade Determinante</i> | <i>Influência nas Relações Internacionais</i> |
|-------------------------------|---|---|---|
| Individualismo | Estrutura é epifenômeno da soma dos atributos e comportamentos de seus agentes. | Agente | Russet & Starr, 2000; Ray, 1997 |
| Estruturalismo | Estrutura constri e seleciona os comportamentos. | Estrutura | Waltz, 1979 |
| Estruturação | Agente e estrutura são entidades ontologicamente inextrincáveis. | Mutuamente constituídos. | Wendt, 1999 |
| Realismo Científico | Agentes e estrutura são inter-relacionados, porém irreduzíveis. | Depende do recorte temporal da análise. | Hui, 2005; Friedman & Starr, 1998 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Concluindo, ao congregar a irreduzibilidade de agente–estrutura, bem como a dimensão temporal na lógica explicativa, Hui (2005) avaliou a relação entre agentes e estruturas sem recorrer aos reducionismos — do individualismo metodológico (baixo para cima) e do estruturalismo (cima para baixo) — ou à confluência da Teoria da Estruturação (Archer, 1996). O artigo que segue incorporará tal perspectiva ontológica e buscará na aproximação da literatura de Estudos Estratégicos Internacionais, Teoria de Relações Internacionais e da Sociologia Histórica Comparativa elucidar mecanismos causais presentes na relação entre agente e estrutura na política internacional.

2 ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS

RESUMO

A existência de conflitos de interesses é intrínseca aos sistemas sociais. No entanto, a estrutura de cada sistema altera a natureza e as consequências da competição entre suas respectivas unidades. Este artigo analisa os efeitos da competição no processo de evolução dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados. Para tanto, discute-se a ontologia de cada objeto de análise e, em seguida, buscam-se os mecanismos causais que conectam suas trajetórias evolutivas. De acordo com os atores e meios envolvidos, três dimensões de competição social são identificadas: competição internacional; construção do estado; e concorrência regulada. A hipótese de trabalho é que os resultados das interações entre as estratégias escolhidas pelos agentes para enfrentar o tipo de competição com que se deparam causam mudanças na estrutura dos sistemas políticos internacionais, nacionais e nas características das organizações políticas estatais. O artigo se divide em duas seções. A primeira discute as condições nas quais a competição entre estados engendra mecanismos que reforçam processos de concentração dos meios coercitivos nos sistemas políticos internacionais. A segunda avalia como a competição internacional influencia as dimensões da construção do estado e da concorrência regulada que ocorrem dentro dos sistemas políticos nacionais.

Palavras-chave: Agente. Estrutura. Sistema internacional. Construção do estado.

ABSTRACT

The existence of conflicts of interest is intrinsic to social systems. However, the structure of each system alters the nature and the effects of the competition among their respective units. This article analyzes the effects of competition in the process of evolution of international political systems, national political systems and states. Therefore, discusses the ontology of each object of analysis, and then seeks the causal mechanisms that connect their evolutionary trajectories. According to the actors and means involved three dimensions of social competition are identified: i) international competition; ii) construction of state; and iii) regulated competition. The working hypothesis is that the results of the interactions among the strategies chosen by the agents to cope with the kind of competition they encounter cause

changes in the structure of international political systems, national political systems and in the characteristics of the state political organizations. The article is divided into two sections. The first discusses the conditions under which the competition between states engenders mechanisms that reinforce processes of concentration of coercive means in international political systems. The second assesses how international competition impacts the dimensions of the construction of the state and regulated competition that occur within national political systems.

Keywords: Agent. Structure. International systems. State building.

2.1 INTRODUÇÃO

Como a competição¹⁶ entre os agentes produz efeitos nos processos evolutivos¹⁷ dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e dos estados? A resposta¹⁸ para essa questão exige primeiramente a delimitação ontológica dos objetos de análise¹⁹. Será definido que *sistemas políticos internacionais* (SPI) possuem uma estrutura anárquica, sendo compostos pelas interações²⁰ que envolvem o uso ou ameaça do uso da força entre organizações políticas que não estão submetidas a uma autoridade superior capaz de impor

¹⁶ Neste trabalho, competição e conflitos de interesses serão tratados como sinônimos e são definidos como: “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (PASQUINO, 1998, p. 225). Ademais, salienta-se que não se objetiva identificar as causas dos conflitos, mas sim suas consequências para o processo evolutivo dos objetos de análise delimitados.

¹⁷ Por evolução, compreende-se a sequência de transformações nos componentes dos sistemas sociais, não implicando o conteúdo normativo de tais mudanças (VASCONCELLOS, 2013, p. 85).

¹⁸ Ressalta-se que não se objetivam respostas nomológicas e determinísticas para essa questão. De fato, argumenta-se que a compreensão da relação entre agentes, estrutura e contexto em sistemas sociais abertos implica necessariamente uma abordagem que reconheça o aspecto contingente da evolução histórica. Assim, o objetivo deste trabalho é especificar hipóteses sobre como mecanismos e tendências conflitantes emergem e produzem mudanças ao longo da trajetória evolutiva dos sistemas.

¹⁹ É importante ressaltar que se entende “sistemas” como os modelos lógicos que representam entidades formadas por conjuntos de elementos em interação (BERTUGLIA; VAIO, 2005, p. 3; JACCARD; JACOBY, 2009, p. 311). Logo, a definição ontológica de um sistema trata dos “critérios de distinção que assinalam aquilo de que falamos e especifica suas propriedades como ente, unidade ou objeto” (MATURANA; VARELA 2005, p. 47). Contudo, defini-los ontologicamente não implica argumentar que a realidade física e social *seja* um sistema de fato. Em outras palavras, a validade analítica da instanciação e operacionalização de tais modelos será sempre sujeita a condições empíricas. Conforme argumenta Reis (1997, p. 19, grifo nosso): “Se essas condições se observam ou não, de maneira a podermos descrever as sociedades que estudamos a partir daqueles modelos, ou ainda se o sistema tal como o definimos descreve adequadamente o conjunto de fenômenos que pretendemos analisar, são questões empíricas, que ora responderemos afirmativamente, ora negativamente. **Mas podemos perfeitamente, em bases puramente lógico-analíticas, discutir se tais ou tais condições são mesmo ou não necessárias à reprodução de um sistema tal como definido em determinada obra.**”

²⁰ Por interação, entende-se o conjunto de relações que torna as partes de um sistema interdependentes entre si.

ordens de regulação comportamental (WALTZ, 1979, BUZAN; LITTLE, 2000, p. 92). *Sistemas políticos nacionais*²¹ (SPN), por outro lado, possuem uma estrutura hierárquica, sendo formados pelas interações entre indivíduos e organizações em territórios nos quais há uma organização que concentra os meios coercitivos e regula os comportamentos dos demais agentes (WALTZ, 1979, ELIAS, 1993, GEUSS, 2001). Por sua vez, *estados*²² serão tanto as unidades constituintes dos sistemas políticos internacionais como as organizações que monopolizam os meios coercitivos nos sistemas políticos nacionais (TILLY, 1996, HUI, 2005, LEVY; THOMPSON, 2011).

Pressupõe-se que as variações nos graus de concentração dos meios coercitivos²³ distinguem a natureza e as consequências da competição entre os agentes de cada sistema (WALTZ, 1979, p. 92). Argumenta-se que a ausência de governo central faz com que a competição nos sistemas políticos internacionais envolva a sobrevivência das organizações políticas estatais, o que, conseqüentemente, constringe as possibilidades de aumento da especialização funcional entre elas (WALTZ, 1979). Por outro lado, a concentração dos meios de coerção nos sistemas políticos nacionais impõe limites ao uso da força nos conflitos de interesse, o que, por sua vez, reduz a insegurança dos agentes e permite o incremento da divisão do trabalho no sistema (ELIAS, 1993).

De acordo com os agentes e meios envolvidos, três dimensões de competição social serão identificadas:

- a) Competição Internacional: interações competitivas que compreendem o uso ou ameaça do uso da força entre organizações políticas nos SPI; envolve as capacidades materiais e os elementos organizacionais que sustentam o emprego da força no âmbito internacional;

²¹ Ressalta-se que o conceito de sistemas políticos nacionais não se refere somente aos sistemas sociais em que há presença de organizações políticas denominadas Estados-nação. O conceito será utilizado para caracterizar qualquer sistema social em que houve a monopolização dos meios de coerção por uma organização estatal, seja essa organização uma cidade-estado, um império, um reino, etc.

²² Serão utilizados os termos organizações políticas, unidades, estados e agentes como sinônimos dos componentes dos sistemas políticos internacionais. Ademais, referir-se-á a estados com “e” minúsculo quando se estiver tratando de organizações políticas que exercem ou visam exercer o controle dos meios de força em determinado território. Nesse sentido, o termo pode representar Impérios, cidades-Estado, ligas de cidade, reinos, etc. O termo Estado com o “E” maiúsculo será utilizado quando se referir às organizações políticas formadas após o fim do dismantelamento da ordem feudal na Europa Ocidental. Ou seja, aos Estados Nacionais que se constituem como a organização política predominante em todos os continentes na atualidade.

²³ Por coerção, compreende-se a imposição da vontade de um agente sobre o outro por meio do uso ou ameaça do uso da força. Meios coercitivos consistem nos recursos materiais necessários para que um agente exerça a coerção sobre outro (GIDDENS, 2001, p. 37).

- b) Construção do Estado²⁴: interações competitivas entre o estado, organizações e indivíduos em torno da extração e controle dos recursos nos SPN; concerne às formas pelas quais as organizações políticas alcançam o monopólio dos meios de coerção e bem estabelecem legitimidade para sua dominação em um território delimitado;
- c) Concorrência Regulada: disputas entre organizações não estatais e indivíduos em relação à distribuição das probabilidades de vida dentro dos sistemas políticos nacionais²⁵; envolve as maneiras que a regulação imposta pelos estados influencia na distribuição das probabilidades de vida dentro dos SPN.

O quadro abaixo sintetiza as distinções ontológicas entre os sistemas políticos internacionais e sistemas políticos nacionais:

Quadro 1 – Distinções Ontológicas entre Sistemas Políticos Internacionais e Sistemas Políticos Nacionais

| | Agentes | Estrutura | Interações | Socialização | Natureza Competição |
|--|--|--|--------------------------------------|--|----------------------------|
| Sistemas Políticos Internacionais | Estados | Anárquica: meios de coerção distribuídos no sistema. | Constrangidas por relações de poder. | Constrange a especialização funcional. | Competição Internacional |
| Sistemas Políticos Nacionais | Estado, organizações não estatais e indivíduos | Hierárquica: meios de coerção concentrados na organização estatal. | Reguladas pela dominação estatal. | Incentiva a especialização funcional. | Construção do Estado |
| | | | | | Concorrência Regulada |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Delimitados as os objetos de análise, defini-se como hipótese de trabalho é que: os resultados das interações entre as estratégias escolhidas pelos agentes para enfrentar a competição com que se deparam causam mudanças na estrutura dos sistemas políticos internacionais, nacionais e nas características das organizações políticas estatais. Logo, após serem estabelecidas as distinções conceituais entre os sistemas avaliados, estabelece-se um

²⁴ O termo “construção do estado” será empregado para caracterizar os conflitos de interesses entre estado, organizações não estatais e indivíduos dentro dos sistemas políticos nacionais. O termo “formação do estado” será empregado para caracterizar processos históricos nos quais organizações políticas se formaram.

²⁵ Desse modo, três fontes de literatura serão avaliadas. O entendimento acerca de como a estrutura dos sistemas políticos internacionais constrange o comportamento das unidades – Teoria das Relações Internacionais – será complementado pela ponderação sobre como os recursos são produzidos e extraídos nos sistemas políticos nacionais – Sociologia Histórica –, bem como pela análise dos condicionantes logísticos e operacionais que sustentam a atividade da guerra – Estudos Estratégicos.

modelo analítico acerca da conexão entre as três dimensões de competição delimitadas os mecanismos causais que conectam seus processos evolutivos.

O artigo se divide em duas seções. A primeira questiona: em que condições a competição entre os estados engendra mecanismos que reforçam processos de concentração dos meios coercitivos nos sistemas políticos internacionais? Primeiramente, avalia-se que os pressupostos da anarquia e da baixa especialização funcional presentes no modelo proposto por Kenneth Waltz (1979) não implicam necessariamente na existência de apenas um mecanismo atuando nos SPI. De fato, argumenta-se que, em função dos sistemas políticos internacionais serem sistemas abertos, as interações entre seus agentes permitem a emergência²⁶ de mecanismos concorrentes, que podem favorecer tanto a concentração quanto a distribuição dos meios de coerção. Por fim, analisa-se o modelo explicativo proposto por Victoria Tin-Bor Hui (2005) sobre a transformação do sistema de reinos na China para um império sob a dinastia Qin durante o período de 656–221 a.C.

A segunda seção questiona: como a competição internacional influencia as dimensões da construção do estado e da concorrência regulada dentro dos sistemas políticos nacionais? Primeiramente, distingue-se ontologicamente os estados dos demais agentes pertencentes aos SPN. Considera-se que a especificidade das organizações políticas estatais consiste na execução de três atividades: monopolização dos meios de coerção dentro do SPN; imposição de ordens de regulação comportamental aos demais agentes e defesa contra outras organizações políticas (TILLY, 1996, WALTZ, 1979, GIDDENS, 2001).

Em seguida, argumenta-se que as ordens reguladoras não são neutras em relação à concorrência regulada. De fato, elas tenderão a favorecer indivíduos e organizações que dominam os recursos necessários para que os estados efetuem suas finalidades (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009, p. 18). Além disso, na medida em que os agentes estatais concentrarem os recursos necessários para a realização dessas três tarefas, eles terão maior autonomia em relação às demais organizações dos SPN. Por sua vez, caso esses recursos estiverem concentrados em outros atores, as intervenções estatais tenderão a refletir os interesses destes. Por fim, analisa-se o modelo explicativo proposto por Tilly (1975, 1985, 1996) acerca dos efeitos da competição internacional no processo de formação e consolidação dos Estados-nação na Europa.

²⁶ Emergência é o processo no qual fenômenos que não podem ser apreendidos a partir da soma dos comportamentos isolados das unidades constituintes surgem no nível sistêmico (HOLLAND, 2002, p. 11; Bertuglia; Vaio, 2005, p. 273). Não há necessidade de planejamento central. Padrões de organização emergem das interações entre os agentes e se tornam irreduzíveis a elas (ABBOT, 2006, p. 15).

2.2 SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAIS: COMPETIÇÃO INTERNACIONAL E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

A compreensão da natureza da competição em um sistema social exige a delimitação ontológica de três elementos: fronteiras; mecanismos; e estrutura (GILPIN, 1981, BUZAN; LITTLE, 2000). Fronteiras referem-se tanto às condições necessárias para a inclusão de componentes ao modelo, quanto as interações entre o sistema e seu ambiente. Em outras palavras, à delimitação do que se insere e do que se exclui do sistema, e como variáveis exógenas interferem em seu funcionamento (MATURANA; VARELA, 2001). Mecanismos são as maneiras plausíveis e frequentemente observadas em que processos de mudança ocorrem (PIERSON, 2000, p. 6).

A estrutura se refere ao modo como as unidades estão ordenadas em relação umas às outras (WALTZ, 1979, JERVIS, 1998). O nível estrutural indica: “uma descrição geral sobre a organização de uma sociedade escrita em termos do posicionamento das unidade ao invés de seus atributos”²⁷ (WALTZ, 1979, p. 9, tradução nossa). Identificar os elementos que compõem a estrutura importa para a avaliação dos constrangimentos impostos às unidades, bem como para formulação de hipóteses acerca de seus comportamentos (WALTZ, 1979, p. 79, GILPIN, 1981, p. 26; GEUSS, 2001, p. 28, HEATH, 2013, p. 948). Conforme salienta Carlsnaes (1992, p. 255, tradução nossa)²⁸:

Fatores estruturais são cognitivamente mediados pelos atores em questão, e, portanto, não são variáveis causais no sentido atribuído à filosofia da ação. Eles não causam o comportamento dos atores, mas certamente fornecem as condições e contrangimentos nas quais atores contingentes precisam operar.

Delimita-se como condições necessárias para o pertencimento de uma unidade aos SPI que ela seja: i) uma organização política que concentre os meios de coerção em um território delimitado e ii) possua capacidade de ação em âmbito internacional (WALTZ, 1979, ROSENAU, 1997, JERVIS, 1998, CUSACK; STOLL, 1992, HERBST, 2000, p. 201)²⁹. Ou seja, os agentes nos SPI são “entidades compostas de various sub-grupos, organizações,

²⁷ No original: *a positional picture, a general description of the ordered overall arrangement of a society written in terms of the placement of units rather than in terms of their qualities*”

²⁸ No original: *“structural factors are cognitively mediated by the actors in question, and are hence not causal variables in the sense commonly understood within analytical philosophy of action. They do not ‘cause’ actors to behave in a certain way; but they certainly provide the constraining conditions under which contingent actors-the have to operate”*.

²⁹ A ontologia e os processos de evolução dos agentes dos sistemas políticos internacionais serão avaliados na próxima seção. Por hora, importa salientar que a capacidade de ação autônoma na esfera internacional é condição necessária para o pertencimento de uma organização política no modelo de SPI deste estudo (WALTZ, 1979; BUZAN, 1984; WATSON, 1992).

comunidades e muitos indivíduos suficientemente coesos para possuírem qualidade de agência”³⁰ (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 101, tradução nossa). Isso significa que as unidades (agregados de instituições e indivíduos) dos SPI são capazes de interpretar, planejar e executar ações que não derivam apenas de constrangimentos e incentivos estruturais³¹:

Consciência e poder de escolha captura o sentido central de agência – a capacidade de interpretar e o poder de escolher não apenas entre opções distintas de comportamento, mas também entre diferentes interesses, identidades, procedimentos de tomadas de decisão e etc (FRIEDMAN; STARR, 1997, p. 11, tradução nossa)³².

No entanto, apesar de se reconhecer que estados se relacionam de inúmeras maneiras, não serão incluídos todos os tipos de interações em nossa análise. Isso porque, conforme salientam Barry Buzan e Richard Little (2000, p. 76, tradução nossa): “diferentes tipos de interação, e, portanto, diferentes tipos de unidades se tornam mais – ou menos – proeminentes dependendo da lente setorial utilizado para analisar o sistema internacional”³³. Logo, reconhecendo a importância de interações culturais e econômicas para as Relações Internacionais (WATSON, 1992, WENDT, 1999, ARRIGHI, 2010), restringe-se o modelo às interações que envolvem a coerção, ou seja, o uso ou ameaça do uso de força (WALTZ, 1979, GEUSS, 2001)³⁴.

A estrutura do sistema será a partir de dois pressupostos presentes no modelo proposto por Kenneth Waltz (1979). O primeiro é que os sistemas políticos internacionais são ontologicamente anárquicos, não possuem autoridade central. Tal pressuposto deriva da concepção de que a capacidade agencial das organizações políticas no âmbito internacional reside em sua prerrogativa para definir e executar ações externas³⁵. Por conta disso, a

³⁰ No original: *entities composed of various sub-groups, organizations, communities and many individuals sufficiently cohesive to have actor quality*”

³¹ Assim como Waltz (1979), parte-se do pressuposto de que, apesar de possuírem diversos objetivos, todos os estados buscam primeiramente assegurar sua sobrevivência nos sistemas políticos internacionais.

³² No original: “*Consciousness and power of choice capture the core meaning of agency — the ability to interpret and the power to choose among not only different behavioral options, but also among different interests, identities, decisionmaking procedures, etc. It follows quite deductively from these properties, in turn, that agents are intentional beings*”

³³ No original: *different types of interaction, and thus different units, become more — or less — prominent depending on which sectoral lens one is using to view the international system*”

³⁴ Interações econômicas culturais serão avaliadas como variáveis exógenas ao modelo, ou seja, na medida em que influenciarem o modo como as interações competitivas que envolvem o uso ou ameaça do uso da força entre os estados influenciam a evolução da estrutura dos SPI.

³⁵ É importante salientar que pressupor que os sistemas políticos internacionais são ontologicamente anárquicos e que suas unidades possuem capacidade autônoma de escolha não implica a inexistência de relações hierárquicas entre os estados. O que de fato a inexistência de autoridade central implica é que é a distribuição dos meios de força no sistema que define quais unidades sofrerão maiores constrangimentos estruturais ao exercerem suas ações (GILPIN, 1981, p. 28).

distribuição dos meios de coerção³⁶ no sistema não pode estar concentrada ao ponto de uma unidade ser capaz de regular as ações das demais. Em outras palavras, sem capacidade de ação não há agência. Conforme salienta Barry Buzan (1984, p. 94, grifo nosso):

O sistema político internacional é anárquico, o que significa dizer que sua principal característica é a ausência de governo. O elemento definidor do estado é a sua soberania, isto é, sua recusa em reconhecer uma autoridade política superior a sua. Se as unidades são soberanas, seu sistema de associação deve ser anárquico e se o sistema é anárquico seus membros devem rejeitar um governo central³⁷.

A descentralização dos meios de força caracteriza os SPI pela incerteza acerca do comportamento de seus agentes. Ou seja, a ausência de governo central faz com que a competição internacional³⁸ seja permeada pela constante incompletude informacional acerca das intenções das unidades. Assim, somente possuindo os meios de força necessários para se defenderem dos demais é que os estados podem assegurar a continuidade de sua própria existência (WALTZ, 1979, p. 74)³⁹.

Delimitada a ontologia anárquica da estrutura dos SPI, pode-se deduzir como opera o mecanismo da socialização–seleção em seu processo evolutivo. De acordo com Chekel (2006, p. 364): “socialização e seleção se referem ao processo de indução de novos atores as normas, regras e padrões de comportamento de uma determinada comunidade”⁴⁰. Isto é, a tendência de que os comportamentos dos agentes se adequem aos constrangimentos impostos pela estrutura (ELIAS, 1993). Conforme se argumentou acima, a estrutura anárquica dos SPI faz com que a natureza da competição internacional envolva a sobrevivência dos estados. Por conta disso, a

³⁶ Anthony Giddens (2001, p. 85) argumenta que “os recursos envolvidos na reprodução dos sistemas sociais que têm algum grau de continuidade no espaço e no tempo formam aspectos das propriedades estruturais desses sistemas sociais”. Nesse sentido, delimitou-se neste estudo que os sistemas políticos internacionais se referem às interações que envolvem o uso ou ameaça do uso da força entre estados. Por conta disso, o modo como os meios de coerção estão distribuídos também é elemento definidor da estrutura desse tipo de sistema (WALTZ, 1979).

³⁷ No original: *The international political system is an anarchy which is to say that its principal defining characteristic is the absence of overarching government. The principal defining feature of states is their sovereignty, or their refusal to acknowledge any political authority higher than themselves. If units are sovereign, their system of association must be anarchy and if the system is anarchic its members must reject overarching government*”.

³⁸ Pressupor que os sistemas políticos internacionais são ontologicamente competitivos não significa excluir a possibilidade de cooperação entre os estados. Implica apenas reconhecer que iniciativas de cooperação serão sempre permeadas pela desconfiança derivada da incerteza informacional em relação às motivações das partes envolvidas, bem como da inexistência de uma autoridade central capaz de assegurar o controle comportamental.

³⁹ Ressalta-se que a capacidade de se defender militarmente de agressões externas não é o único meio que permite a sobrevivência de um estado nos SPI. De fato, há inúmeros casos de estados que não possuem os meios necessários para resistirem a agressões externas e continuam existindo. No entanto, argumenta-se que tais estados possuem sua capacidade de ação nos SPI extremamente constrangidas.

⁴⁰ No original: *“socialization and selection refers to the process of inducting new actors into the norms, rules, and ways of behavior of a given community”*.

guerra se torna elemento fundamental da socialização–seleção nos sistemas políticos internacionais, tanto eliminando agentes que não se adaptam às pressões estruturais quanto incentivando a emulação de estratégias percebidas como vencedoras (LEVY; THOMPSON, 2011, p. 61). Conforme resume Barry Posen (1993, p. 82, tradução nossa):

Pode-se deduzir da condição anárquica da política internacional que estados que desejam permanecer autônomos competirão por segurança. Capacidades militares são um meio chave para isso, e, portanto, estados irão prestar muita atenção a elas. Estados se preocuparão com o tamanho e a efetividade de suas organizações militares em relação as de seus vizinhos. Como em qualquer sistema competitivo, práticas bem sucedidas serão imitadas. Aqueles que falharem provavelmente não sobreviverão⁴¹.

O segundo pressuposto ontológico do modelo de estrutura proposto por Waltz é que há baixa diferenciação funcional nos SPI. De acordo com Buzan e Little (2000, p. 86), a diferenciação funcional em sistemas sociais ocorre quando as unidades se especializam, assumindo tarefas e objetivos específicos. Nesses casos, os agentes se tornam interdependentes em função da divisão social do trabalho. Tal condição atua como constrangimento para a ação individual, já que a sobrevivência de uma unidade depende não só das suas próprias capacidades, mas também das atividades realizadas pelas demais. Agentes que executam funções similares⁴² dependerão menos uns dos outros e, conseqüentemente, manterão maior autonomia nos sistemas em que se inserem (ELIAS, 1993, p. 206).

Argumenta-se que níveis distintos de concentração dos meios de coerção implicam diferentes possibilidades de diferenciação funcional. Quanto menor for a concentração, maior será a incerteza comportamental e maior a insegurança. Logo, menores serão os incentivos estruturais para o aumento da divisão de trabalho. Na medida em que a monopolização da força aumenta, a incerteza comportamental diminui, e com ela a insegurança é reduzida. Conseqüentemente, a divisão de trabalho entre as unidades poderá se intensificar (WALTZ, 1979, p. 104). Conforme resume Norbert Elias (1993, p. 198, grifos nossos):

⁴¹ No original: “*One can deduce from the anarchical condition of international politics that states that wish to remain autonomous will compete for security. Military capabilities are a key means to such security, and thus states will pay close attention to them. States will be concerned about the size and effectiveness of their military organizations relative to their neighbors. As in any competitive system, successful practices will be imitated. Those who fail to imitate are unlikely to survive*”.

⁴² É importante salientar que este estudo se refere à similaridade funcional entre os estados apenas no âmbito da competição internacional e da concentração dos meios de coerção nos SPN. Ou seja, considera-se como condição necessária para definição dos agentes nos SPI que as organizações políticas sejam capazes de se defenderem de agressões externas e concentrarem os meios de coerção em seus respectivos SPN. No entanto, é evidente que, além dessas duas funções, cada estado pode executar tarefas específicas.

[...] as sociedades **sem um monopólio estável** da força são sempre aquelas em que a **divisão de funções é relativamente pequena**, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si [...] **Ao se formar um monopólio da força**, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência. **As pressões que atuam nesses espaços são diferentes das que existiam antes.**

Desse modo, discorda-se da afirmação de Hendrick Spruyt de que: “a condição da anarquia implica na existência de um tipo particular de unidade” (SPRUYT, 1994, p. 13, tradução nossa)⁴³. No âmbito das interações que envolvem a força, somente quando uma organização política é monopoliza os meios de coerção e impõe ordens de regulação comportamental às demais é que se altera a anarquia. Apenas essa mudança alteraria o constrangimento estrutural que induz os agentes a construírem meios de coerção que asseguram sua sobrevivência. Nesse caso, os estados se tornariam “livres para se especializarem, pois não haveria mais razões para temer o crescimento da interdependência que ocorre com a especialização”⁴⁴ (WALTZ, 1979, p. 104, tradução nossa). Presenciaria-se o fim de um sistema composto pela interação entre organizações políticas independentes e a subsequente formação de um sistema político nacional.

Apesar de se concordar com os pressupostos da anarquia e da baixa especialização funcional presentes no modelo waltziano, considera-se que ele apresenta uma lacuna teórica ao omitir determinados que atuam nos processos evolutivos dos SPI. De acordo com Waltz, sua definição de estrutura implica necessariamente na emergência do mecanismo da balança de poder (WALTZ, 1979, p. 121). Ou seja, segundo ele, enquanto não houver autoridade central, o comportamento das unidades resultará em uma tendência de restauração da desconcentração dos meios de força no sistema (WALTZ, 1986, p. 53).

No entanto, argumenta-se que os pressupostos da anarquia e da baixa especialização funcional não implicam necessariamente a existência de apenas um mecanismo que incentive a restauração da desconcentração de força no sistema. De fato, considera-se que eles permitem a emergência de múltiplos mecanismos que fortalecem trajetórias evolutivas distintas e até mesmo conflitantes (HUI, 2005, p. 1).

O conceito de mecanismos é alvo de intensa controvérsia na literatura (ELSTER, 1989, PIERSON, 2004, CHECKEL, 2006, TILLY, GOODIN, 2006, ARCHER, 2015, WIGHT, 2015)⁴⁵. No entanto, nota-se que há relativo consenso na concepção de que eles

⁴³ No original: “*the condition of anarchy implies the existence of a particular type of unit*”

⁴⁴ No original: “*free to specialize because they have no reason to fear the increased interdependence that goes with specialization*”

⁴⁵ James Mahoney identificou na literatura vinte e quatro definições distintas sobre o conceito de mecanismos causais (MAHONEY, 2001, p. 579).

representam as formas pelas quais uma variável produz efeitos em outra (HEDSTROM; YLIKOSKI, 2010). Roy Bhaskar (1998, p. 34, tradução nossa) argumenta que “mecanismos se combinam para gerar o fluxo de fenômenos que constituem os atuais estados e acontecimentos do mundo”⁴⁶ Charles Tilly e Richard Goodin (2006, p. 13) salientam que mecanismos geram transferências de energia entre elementos e rearranjos no posicionamento das unidades. Anna Grzymala-Busse (2011, p. 1.268, tradução nossa) considera que “a análise de mecanismos e processos envolve temporalidade, na medida que mecanismos especificam mudança: como e por que transformações, tendências e desenvolvimentos ocorrem”⁴⁷.

Argumenta-se que as distinções nos sentidos atribuídos ao conceito de mecanismos residem no fato de que sua lógica explicativa depende da ontologia do sistema avaliado. Em sistemas fechados, nos quais as interações com o ambiente e o número de elementos podem ser controlados, mecanismos descrevem relações funcionais entre pares de variáveis. Ou seja, a trajetória de eventos que se inicia com alterações em determinada variável independente e gera modificações em uma variável dependente (VASCONCELLOS, 2014, p. 81). Nesse caso, a trajetória de evolução do sistema tenderá a ser linear, pois a soma das ações individuais é igual ao comportamento agregado (MITCHELL, 2009, p. 22).

Por sua vez, em sistemas abertos, nos quais as influências de variáveis exógenas e o número de interações entre as unidades é alto⁴⁸, mecanismos não operam da mesma maneira (BHASKAR, 1998, WIGHT, 2015). Em função da interconexão entre os agentes, é impossível agir isoladamente nesse tipo de sistema (HARDIN, 1963, JERVIS, 1998). Por conta disso, pequenas modificações em um ponto específico podem desencadear desproporcionais e/ou inesperadas consequências em seu estado geral (LEWIN, 1994, p. 11; ELSTER, 1989, p. 99). Logo: “organizações podem não compreender as implicações do que elas estão fazendo, e pode-se levar um longo tempo para que as consequência de suas ações emerjam completamente”⁴⁹ (LEVY; THOMPSON, 2011, p. 11, tradução nossa). Ademais, as relações causais entre seus componentes poderão ser recursivas (JACCARD; JACOBY, 2009, p. 153). Ou seja, embora uma determinada entidade X exerça efeito em outra entidade Y, nada

⁴⁶ No original: *mechanisms combine to generate the flux of phenomena that constitute the actual states and happenings of the world*”.

⁴⁷ No original: *“the analysis of mechanisms and processes invokes temporality since mechanisms specify change: how and why shifts, trends, and developments occur”*

⁴⁸ O número de elementos importa, pois na medida em que ele se expande torna-se cada vez mais complicada a identificação de variáveis exclusivamente independentes, bem como a mensuração dos efeitos (PIERSON, 2004, p. 115).

⁴⁹ No original: *“organizations may not fully appreciate the implications of what they are doing, and it may take a long time for the consequences of their choices to emerge in full form”*

impede que em um segundo momento Y também exerça efeito sobre X. O quadro abaixo resume as distinções ontológicas entre sistemas abertos e fechados.

Quadro 2 – Distinções Ontológicas entre Sistemas Abertos e Sistemas Fechados⁵⁰

| | Fronteiras | Relações entre Elementos | Mecanismos | Trajectoria Evolutiva |
|--------------------------|---------------------------------------|--|-------------------|--|
| Sistemas Fechados | Isolados do ambiente | Relações diretas entre pares de variáveis | Unidirecionais | Linear Reversível Determinística |
| Sistemas Abertos | Permeáveis às perturbações ambientais | Relações recursivas entre muitos elementos | Concorrentes | Não linear Irreversível Probabilística |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Assim, a trajetória de evolução de sistemas abertos não é necessariamente linear. Dado que “uma mudança continuada no valor de uma variável pode gerar um comportamento descontínuo no sistema inteiro”⁵¹(WIMMER, 2005, p. 8, tradução nossa), transformações podem ocorrer tanto gradualmente quanto de maneira abrupta (BERTUGLIA; VAIO, 2005, p.269). Em tais contextos, tanto mecanismos que reforçam tendências de mudança, quanto mecanismos que operam na restauração do estado inicial atuam (JERVIS, 1998, p. 49, THELEN, 2003, p. 213). Conforme salientou Hui (2005, p. 13, tradução nossa):

Quando mecanismos de feedback negativo estão operando, qualquer mudança automaticamente gera forças em favor da restauração do equilíbrio. Quando mecanismos de feedback positivo operam, uma mudança em uma direção coloca em movimento pressões que reforçam a produção de mais mudanças na mesma direção⁵².

Por fim, em função das interações com o ambiente externo, as modificações no sistema são irreversíveis (PRIGOGINE; STENGERS, 1984, p. 262, VASCONCELLOS, 2014, p. 121). Em outras palavras, a dinâmica sistêmica depende não apenas de alterações em variáveis, mas também da trajetória temporal específica em que essas mudanças ocorreram (PIERSON, 2004). Logo, não apenas ações semelhantes podem produzir efeitos distintos

⁵⁰ É importante ressaltar que as distinções realizadas se referem a tipos ideais de sistemas fechados e abertos. De fato, nenhum sistema pode ser totalmente isolado de seu ambiente. No entanto, em determinados sistemas é possível controlar e minimizar os efeitos de variáveis exógenas sobre os elementos que compõem o modelo.

⁵¹ No original: “a continuous change of the value of one variable may lead to discontinuous behavior of the entire system”

⁵² No original: “When negative feedback is at work, any change automatically sets in motion countervailing forces to reestablish the equilibrium. When positive feedback operates, a change in one direction sets in motion reinforcing pressures that produce further change in the same direction”.

dependendo do momento em que ocorrerem (JERVIS, 1998, p. 38, WILSON; GOWDY, 2013, p. 5), mas também, escolhas em determinado período constroem as possibilidades de vias alternativas no futuro (THELEN, 2003, p. 219, grifo nosso). Conforme salientou Bhaskar (1998, p. 39, tradução nossa, grifo nosso):

Apenas se o mecanismo é ativo e o sistema em que ele opera é fechado os cientistas em geral identificam uma relação única entre o antecedente e o conseqüente do tipo nomológico. O objetivo do experimento é encontrar um único mecanismo isoladamente e registrar seus efeitos. **Fora de uma sistema fechado eles normalmente serão afetados pela operação de outros mecanismos, tanto do mesmo tipo, quanto de tipos diferentes, assim nenhuma relação única entre variáveis ou uma descrição precisa no modo de operação do mecanismo será possível**⁵³

Sistemas políticos internacionais são sistemas sociais abertos e compostos pelas interações entre muitas unidades. Portanto, seus processos evolutivos são necessariamente imprevisíveis e resultantes das interações estratégicas entre agentes, variáveis exógenas e mecanismos concorrentes (HEDSTROM; YLIKOSKI, 2010, p. 60). Em outras palavras, interações que envolvem o uso ou ameaça do uso da força entre os estados não implicam necessariamente na desconcentração dos meios de força no sistema e, de fato, há múltiplas trajetórias de evolução possíveis para os SPI (HUI, 2005).

Nesse sentido, pode-se resumir a relação entre agentes e estrutura nos SPI nas seguintes etapas: em um **primeiro momento**⁵⁴, a competição internacional em uma estrutura anárquica constrange a variabilidade comportamental dos estados (HEDSTROM; YLIKOSKI, 2010, p. 59). Tais pressões incentivam as unidades a buscarem meios que lhes assegurem a sobrevivência, porém são assimiladas e respondidas de acordo com as características específicas de cada agente (FRIEDMAN; STARR, 1997, p. 11). Em um **segundo momento**, das interações entre as estratégias escolhidas por cada estado para enfrentar a competição internacional emergem mecanismos transformacionais⁵⁵ que produzem efeitos sobre o nível

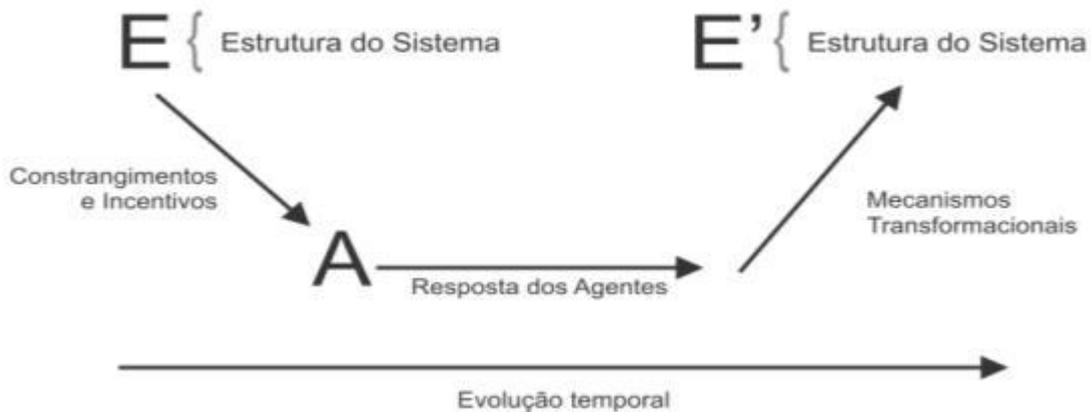
⁵³ No original: “*Only if the mechanism is active and the system in which it operates is closed can scientists in general record a unique relationship between the antecedent and consequent of a law-like statement. The aim of an experiment is to get a single mechanism going in isolation and record its effects. Outside a closed system these will normally be affected by the operations of other mechanisms, either of the same or of different kinds, too, so that no unique relationship between the variables or precise description of the mode of operation of the mechanism will be possible*”.

⁵⁴ Iniciar a análise pelos efeitos da estrutura sobre as unidades não significa atribuir precedência temporal a eles. Conforme se argumentou na primeira parte deste trabalho, para discernir os efeitos nas relações entre agente e estrutura, é preciso considerar a trajetória temporal em que eles ocorrem (FRIEDMAN; STARR, 1997). Assim, poder-se-ia ter começado avaliando os efeitos das unidades sobre a estrutura sem que houvesse prejuízo analítico (JACCARD; JACOBY, 2009, p. 153, grifo nosso).

⁵⁵ De acordo com Hedstrom e Ylikoski (2010, p.59), **mecanismos situacionais** são aqueles pelos quais as estruturas sociais constroem as ações individuais. Por sua vez, **mecanismos transformacionais** são

estrutural. Geram-se tendências tanto em direção à descentralização dos meios de força quanto para sua concentração (HUI, 2005, BRAUMOLLER, 2012). A Figura 1 abaixo ilustra o argumento. A flecha que parte de E (estrutura) em direção a A (agentes) representa os efeitos das pressões e incentivos derivados da estrutura. A flecha que sai de A representa as estratégias desenvolvidas pelos agentes. Por fim, a terceira seta representa os mecanismos transformacionais que emergem do resultado das interações entre os estados.

Figura 1 – Modelo da Evolução Temporal da Relação Agente–Estrutura nos Sistemas Políticos Internacionais



Fonte: Adaptada de Hedstrom & Ylikoski (2010, p. 59).

Logo, na medida em que “ dado a contingência e o fluxo do mundo social, em que múltiplos mecanismos estão em constante interação, mecanismos não podem ser determinísticos”⁵⁶ (WIGHT, 2015, p. 52, tradução nossa), argumenta-se que a inconsistência do modelo waltziano consiste na omissão de mecanismos que poderiam superar a tendência do balanceamento, não da conceituação do princípio de ordem do sistema⁵⁷. Assim, a questão com a qual se depara este artigo é: em que condições a competição internacional engendra mecanismos que reforçam processos de concentração dos meios coercitivos nos sistemas políticos internacionais?

Victoria Tin-bor Hui (2005) avança nesse sentido ao analisar o processo de transformação do SPI formado por reinos soberanos na China, para um sistema político

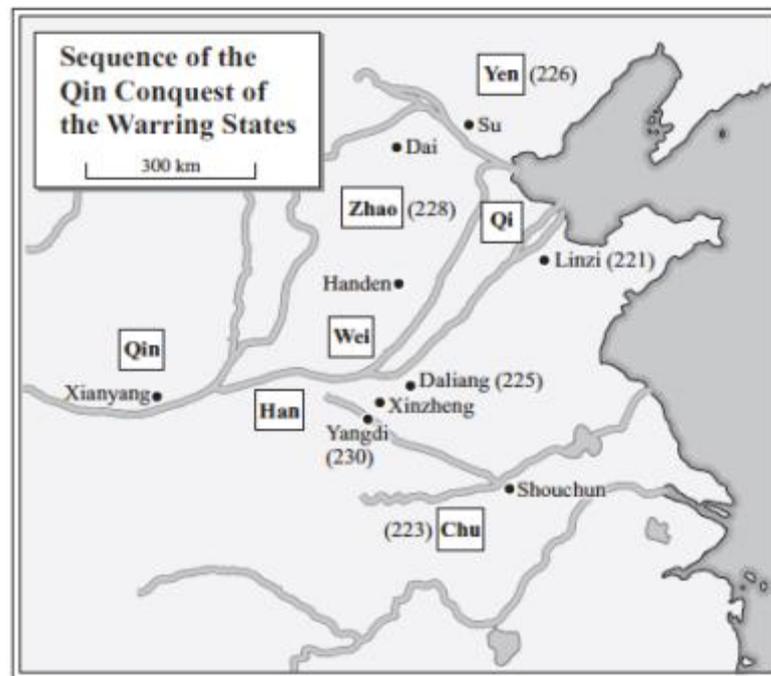
aqueles pelos quais os indivíduos, por meio de suas ações e interações, geram diversos resultados intencionais e não intencionais e alteram a estrutura.

⁵⁶ No original: “given the contingency and flux of the social world, where multiple mechanisms are also constantly interacting, mechanisms cannot be deterministic”

⁵⁷ De fato, apesar de não desenvolver a argumentação, Waltz sugere em determinados momentos a possibilidade de superação da lógica da anarquia pelos agentes dos SPI. Ver (WALTZ, 1979, p. 66).

nacional unificado no Império da dinastia Qin durante o período de 656–221 a.C.⁵⁸ A autora parte do pressuposto de que esse SPI era caracterizado pela anarquia e por intensa competição entre suas unidades (HUI, 2005, p. 5). Esse diagnóstico vai ao encontro da análise de Kiser e Cai (2003, p. 519, tradução nossa), que consideram que: “houve apenas 38 anos pacífico entre 772-485 a.C e apenas 89 entre 463-222 a.C”⁵⁹. Contudo, conforme demonstra o Mapa 1 que apresenta a expansão do Reino Qin, a estrutura anárquica do sistema não engendrou mecanismos que impedissem a concentração dos meios de força.

Mapa 1 – Sequência de Conquistas do Reino Qin sob os Reinos que Constituíam o SPI chinês



Fonte: Lewis (2007, p. 10).

Hui (2005) argumenta que inicialmente o sistema político internacional chinês evoluiu de acordo com os pressupostos do modelo waltziano. Isto é, a competição internacional e o mecanismo da socialização homogeneizaram os comportamentos dos agentes. Assim, não só as organizações políticas se tornaram militarizadas, como também realizavam guerras, formavam alianças e estabeleciam contatos diplomáticos em períodos de paz (HUI, 2005, p. 5). Além disso, no período de 656 a.C. até 284 a.C., alianças de balanceamento e o aumento

⁵⁸ A obra de Hui (2005) será analisada, pois a autora utiliza o modelo de sistema político internacional de Kenneth Waltz como pressuposto teórico. No entanto, é importante salientar que há consistente agenda de pesquisa sobre a influência da guerra no processo de expansão do reino Qin. Ver: Mann (1986), Doyle (1996), Wong (1997), Kiser; Cai (2003), Lewis (2006, 2007).

⁵⁹ No original: *there were only 38 peaceful years from 772-464 B.C. (Spring and Autumn period) and only 89 peaceful years from 463-222 B.C.*

nos custos de projeção de força⁶⁰ sustentaram a estrutura anárquica. Ou seja, todos os estados que tentaram dominar a agência das demais unidades nesse período “pereceram como resultado do mecanismo da balança de poder e do aumento nos custos de expansão”⁶¹ (HUI, 2005, p. 55, tradução nossa).

No entanto, ainda que a estrutura do SPI tenha induzido à adoção de comportamentos similares por parte das unidades, cada reino optou por estratégias distintas para enfrentar a competição internacional. Segundo a autora, o Reino Qin teria respondido por meio de reformas administrativas internas que lhe asseguraram vantagens relativas em relação aos seus competidores. Victoria Tin-bor Hui denominou esse tipo de ação como reforma fortalecedora: “esforços para aumentar as capacidades econômicas e militares por meio da incrementação da capacidade administrativa estatal”⁶²(HUI, 2005, p. 79). Três dimensões são fundamentais para o sucesso dessa estratégia:

- a) estabelecimento de exércitos nacionais conscritos;
- b) burocratização dos quadros administrativos;
- c) imposição de sistema tributário centralizado.

O quadro abaixo sintetiza as características de cada dimensão, bem como seus efeitos do ponto de vista externo e interno nas capacidades dos estados:

Quadro 3 – Efeito das Reformas Fortalecedoras na Competição Internacional e na Formação do Estado

| Reforma Fortalecedora | Competição Internacional | Formação do Estado |
|---|--|--|
| Exércitos nacionais conscritos e permanentes. | Aumento do número de combatentes e da efetividade em combate. | Monopolização dos meios de coerção e criação de aparato administrativo. |
| Burocratização: critérios meritocráticos para formação dos quadros administrativos. | Mobilização de recursos e controle de territórios conquistados. | Aumenta capacidade administrativa e facilita o controle comportamental. |
| Sistema tributário centralizado. | Maiores e mais confiáveis fontes de financiamento para as guerras. | Mais recursos para dominação interna. Diminui a influência de outras organizações. |

Fonte: Adaptado de Hui (2005, p. 44).

⁶⁰ O aumento nos custos de projeção de força se refere ao fato de que torna-se muito custoso economicamente ao estado sustentar os recursos materiais e humanos necessários para garantir a dominação em lugares afastados de sua base (Gilpin, 1981, p. 103). É com base nessa constatação que se concebe o conceito de *perda do gradiente de força*, que indica o aumento nas dificuldades de se projetar poder militar em regiões geograficamente distantes da base do estado, principalmente através de grandes massas de água (Boulding, 1962; Mearsheimer, 2001).

⁶¹ No original: “*declined as a result of the checking mechanisms of balance of power and rising costs of expansion*”

⁶² No original: “*efforts to increase military and economic capabilities by enhancing the state’s administrative capability*”

O início das reformas fortalecedoras no Reino Qin ocorre com chegada ao poder do primeiro ministro Shang Yang⁶³ em meados de 359 a.C. (KISER; CAI, 2003, p. 527, LEWIS, 2007, p. 30). Aproveitando-se de inovações tecnológicas nos equipamentos militares⁶⁴, Yang estabeleceu a conscrição em larga escala nos territórios controlados por Qin (LEWIS, 2007, p. 31)⁶⁵. A partir de então, todos os homens entre 15 e 60 anos poderiam ser recrutados para combater (KISER; CAI, 2003, p. 520). Nesse contexto, as forças combatentes do reino passaram a ser compostas não apenas pela cavalaria montada em carruagens — formada por combatentes originários da aristocracia agrária — mas também por infantarias constituídas por massas de soldados camponeses (HUI, 2005, p. 80). Além disso, instaurou-se sistemas de punições e incentivos por covardia ou bravura em combate: “qualquer um que tivesse mérito em matar inimigos no campo de batalha ou comandar unidades vitoriosas era promovido”⁶⁶ (LEWIS, 2007, p. 32, tradução nossa). Esse modelo se tornou “a forma mais importante de ascensão durante essa era, o mérito militar se tornou mais importante do que uma linhagem nobre”⁶⁷ (KISER; CAI, 2003, p. 522, tradução nossa)⁶⁸. Ademais, a formação de exércitos cada vez maiores induziu à construção de instituições capazes de gerenciar os imperativos logísticos necessários para sustentar tal projeção de força (LEWIS, 1990, p. 9). Portanto, nota-se que não só as capacidades de Qin aumentavam em relação aos demais estados do SPI, mas também em relação aos demais agentes do SPN em que o estado estava inserido:

O mais importante efeito dos séculos de guerra constante foi a dizimação da aristocracia chinesa. Na medida em que o número de estados na China declinava de

⁶³ Shang Yang havia anteriormente servido no reino Wei, onde também introduziu reformas fortalecedoras em menor escala. Sua importância na implementação das reformas no Reino Qin sugere a relevância da difusão da inovação tecnológica como mecanismo que intermedeia os efeitos da competição internacional sobre os agentes.

⁶⁴ Entre as inovações tecnológicas que contribuíram para a massificação dos exércitos estão a invenção da besta e o desenvolvimento de espadas e lanças mais baratas feitas de bronze (KISER; CAI, 2003, p. 516; LEWIS, 2007, p. 32).

⁶⁵ Apesar das dificuldades em relação à obtenção de dados confiáveis para esse período, Kiser e Cai (2003, p. 521) estimam que o contingente total do exército Qin alcançaria entre 500.000 mil soldados.

⁶⁶ No original: “*anyone who gained merit in battle by slaying enemies or commanding victorious units was rewarded with promotion*”

⁶⁷ No original: *the most importante form of achievement in this era, military prowess-military merit was to be more important than noble birth*”

⁶⁸ De acordo com Lewis (2007, p. 32, grifo nosso), o sistema de punições e incentivos funcionava da seguinte maneira: “*anyone who gained merit in battle by slaying enemies or commanding victorious units was rewarded with promotion in a twenty-rank hierarchy. Depending on their rank, people would receive stipulated amounts of land, numbers of dwellings, and quotas of slaves. These ranks could be used to remit penalties for violations of the law or to redeem relatives from penal bondage*”.

centenas para apenas um, a maioria dos aristocratas se encontravam do lado perdedor da guerra⁶⁹ (KISER; CAI, 2003, p. 520, tradução nossa).

A burocratização da administração, ao diminuir a influência das elites agrárias, foi outro elemento que contribuiu para o aumento da capacidade de intervenção do estado no sistema político nacional. Gradualmente, no lugar da nobreza, o estado foi dominado por um único governante autocrático, cujos agentes registravam e mobilizavam os camponeses para o serviço estatal, bem como coletavam os impostos que sustentavam a expansão militar. (LEWIS, 2007, p. 32). O território foi dividido em 36 distritos administrativos que eram idênticos às unidades de recrutamento militar e que foram repartidos em subunidades controladas por funcionários indicados pelo soberano (ROSENSTEIN, 2009, p. 27). Nesses distritos, as nomeações de oficiais por mérito aumentaram em relação às alcançadas por hereditariedade (KISER; CAI, 2003, p. 529). Ademais, códigos com as leis do estado central começaram a ser publicados em todas as regiões do reino e funcionários públicos foram obrigados a enviar detalhados relatórios anuais sobre as condições de cada localidade (HUI, 2005, p. 180).

Objetivando diminuir os custos relacionados ao controle comportamental dos demais agentes do SPN, a população foi dividida em grupos formados de no máximo 10 famílias. Caso um indivíduo cometesse alguma transgressão, o grupo inteiro ao qual ele pertencia era responsabilizado. No entanto, se o criminoso fosse denunciado às autoridades, o grupo receberia benefícios em terras e cargos oficiais (LEWIN, 2007, p. 30). Segundo Kiser E Cai (2003, p. 528, tradução nossa), a vantagem de tal forma de controle era que:

Esse tipo de mecanismo de controle social coloca todos em constante supervisão local e, portanto, tornava a coleta de impostos e o recrutamento militar muito mais fácil. O uso da responsabilização coletiva aumentava a eficiência ao encorajar o auto-monitoramento, transferindo os custos do estado para os súditos⁷⁰.

Em relação à mobilização de recursos, nota-se que a atividade agrícola era percebida como essencial para a sustentação de forças militares (LEWIS, 2007, p. 34)⁷¹. Desse modo, enquanto os setores comerciais e artesanais sofriam penalidades, a agricultura em pequenas

⁶⁹ No original: *By far the most important effect of centuries of devastating warfare was the decimation of the Chinese aristocracy. As the number of states in China declined from hundreds to just one, the vast majority of aristocrats found themselves on the losing side of wars*

⁷⁰ No original: *"This kind of social control mechanism held everyone under fairly constant local supervision and thus made tax collection and military recruitment much easier. The use of collective responsibility increases efficiency by encouraging self-monitoring, shifting the costs of monitoring from the state to local subjects"*.

⁷¹ Hui (2005, p. 171) argumenta que *"as the security of the state was dependent on the well-being of peasants who cultivated food, paid taxes, and fought wars, ambitious rulers took steps to guarantee subsistence and improve production"*.

propriedades recebia incentivos estatais (HUI, 2005, p. 180). Os canais de irrigação e estradas criados nessa época objetivavam tanto escoar de maneira mais eficiente a produção, como aumentar a mobilidade militar (HUI, 2005, p. 172). Além disso, de acordo com Rosenstein (2009, p. 26), promoveu-se uma rigorosa redistribuição de terras que objetivava que, em troca do reconhecimento da propriedade da terra, os camponeses aquiescessem ao pagamento de impostos e à prestação de serviço militar (LEWIS, 2007, p. 18). Por sua vez, o aumento populacional foi perseguido por meio de subsídios concedidos para casais com mais de dois filhos e incentivos à entrada de imigrantes (ROSESTEIN, 2009, p. 35). Desse modo, não só a população de Qin aumentava em termos absolutos, mas também em relação aos demais reinos. Nesse contexto, “com a capacidade de mobilizar totalmente os recursos nacionais, o poder e a riqueza de Qin alcançaram o auge”⁷² (HUI, 2005, p. 84, tradução nossa).

O incremento de suas capacidades materiais em relação aos seus competidores habilitou ações externas mais agressivas⁷³ por parte do Reino Qin. Victoria Tin-Bor Hui argumenta que, por contar com um corpo burocrático formado de maneira meritocrática, Qin desenvolveu estratégias que explorassem os problemas de ação coletiva⁷⁴ inerentes às alianças balanceadoras (HUI, 2005, p. 100). Assim, enquanto no período de 656–357 a.C. o reino iniciou apenas 7% das guerras envolvendo os maiores estados do sistema, entre 356–221 a.C. ele iniciou 54% e venceu 92%. Desse total, apenas oito das cinquenta e duas guerras travadas pelo reino encontraram resistência na forma de alianças (HUI, 2005, p. 78). Além disso, “as alianças contra Qin se formavam lentamente, não possuíam atores suficientes para contrapor o reino, raramente tinham comando unificado e rapidamente se desintegravam”⁷⁵ (Hui, 2005, p. 79, tradução nossa). Por conta disso, em 293 a.C. Qin já havia derrotado as principais forças de seus vizinhos próximos: os reinos de Wei, Han e Chu (HUI, 2005, p. 64–65). Por volta de 257 a.C., o reino controlava cerca de metade do território do sistema. Em 236 a.C., lançou

⁷² No original: “*with the ability to engage in total mobilization of national resources, Qin’s power and wealth reached a new height*”

⁷³ Para análise da relação entre aumento do poder do estado na esfera interna e políticas externas mais agressivas, ver Zakaaria (1998).

⁷⁴ De acordo com John Elster (1989), o problema da ação coletiva surge quando há ações em que todos se beneficiam se alguns atuarem em conformidade, embora para cada qual seja melhor não tomar parte. Ou seja, quando as vantagens da não cooperação (enquanto os outros cooperem) sejam superiores – ainda que existam benefícios médios para a cooperação. Dessa forma, estratégias de balanceamento externo serão permeadas por desconfianças e possibilidades de defecção e trapaça entre seus membros, o que enfraquece seu potencial de enfrentamento em relação ao estado mais forte. Conforme salienta Mearsheimer (2001, p. 157, tradução nossa): “Formar coalizões balanceadoras rapidamente e colocá-las em funcionamento é sempre difícil, pois leva tempo para se coordenarem os esforços de aliados prospectivos ou estados membros, mesmo quando há amplo acordo sobre o que deve ser feito. Estados ameaçados usualmente discordam sobre como as responsabilidades devem ser distribuídas entre os membros da aliança. Afinal, estados são atores egoístas, com poderosos incentivos para minimizar os custos pagos na contenção de um agressor”.

⁷⁵ No original: “*anti-Qin alliances formed very slowly and infrequently, they did not have enough members to overpower Qin, they rarely had unified command, and they readily disintegrated*”

uma guerra final de unificação contra o estado Qi. Consagrando-se vencedor desse conflito, a concentração da força no sistema estava completa sob o comando da Dinastia Qin em 221 a.C. (HUI, 2005, p. 64–79).

Pode-se questionar o porquê do mecanismo da socialização não ter incentivado a emulação das reformas e estratégias perseguidas pelo Reino Qin por parte das organizações políticas rivais. A autora sugere que a trajetória específica de eventos tornou a acumulação de poder um processo de reforço positivo (HUI, 2005, p. 71)⁷⁶. Em primeiro lugar, a posição periférica de Qin fez com que sua expansão inicial parecesse pouco ameaçadora em relação às múltiplas ameaças com que cada reino se deparava⁷⁷. Em segundo lugar, após Qin conquistar mais da metade do sistema, “mesmo as capacidades combinadas de todos os seis estados não era capaz de alcançar a do reino Qin”⁷⁸ (HUI, 2005, p. 77). Desse modo, difundiu-se entre os demais reinos a percepção de que o comportamento mais adequado para garantir a sobrevivência não seria a resistência, mas sim a submissão ao estado mais forte⁷⁹. Essa percepção é demonstrada na análise de Paul Goldin (2001) acerca do pensamento de Han Fei, membro da aristocracia do reino Han em 285 a.C.:

Nenhuma alternativa é adequada aos interesses do governante. Juntar-se à Aliança Horizontal significa se prostrar ante a força de Qin, estados que fazem isso repetidamente perdem seus territórios até que nada mais sobra. Por outro lado, juntar-se a Aliança Vertical significa resgatar estados impotentes que serão anexados por Qin a qualquer momento, estados que repetidamente resgatam vizinhos impotentes reduzem suas próprias forças até que suas forças armadas sejam derrotadas⁸⁰ (GOLDIN, 2001, p. 152, tradução nossa).

A Figura 2 abaixo resume a evolução da relação agente–estrutura no processo de expansão do Reino Qin no modelo proposto por Victoria Tin Bor-Hui. Em um primeiro momento, a estrutura anárquica do sistema (E) induziu à competição e incentivou

⁷⁶ De acordo com Hardin (1963, p. 71, tradução nossa) “poder social é um processo de reforço positivo. Por meio de inúmeros estratégias um monopolista pode tentar manipular o maquinário da sociedade de modo a eliminar as ameaças que objetivam reestabelecer um equilíbrio natural. A história demonstra que um monopolista em uma área tentará estender seu poder para outras, sem limites”.

⁷⁷ É importante salientar que nem mesmo os governantes do reino Qin inicialmente visavam à dominação do sistema. De acordo com a autora, somente em 287 a.C. houve a primeira menção de tal objetivo em documentos de estratégia militar (HUI, 2005, p. 100).

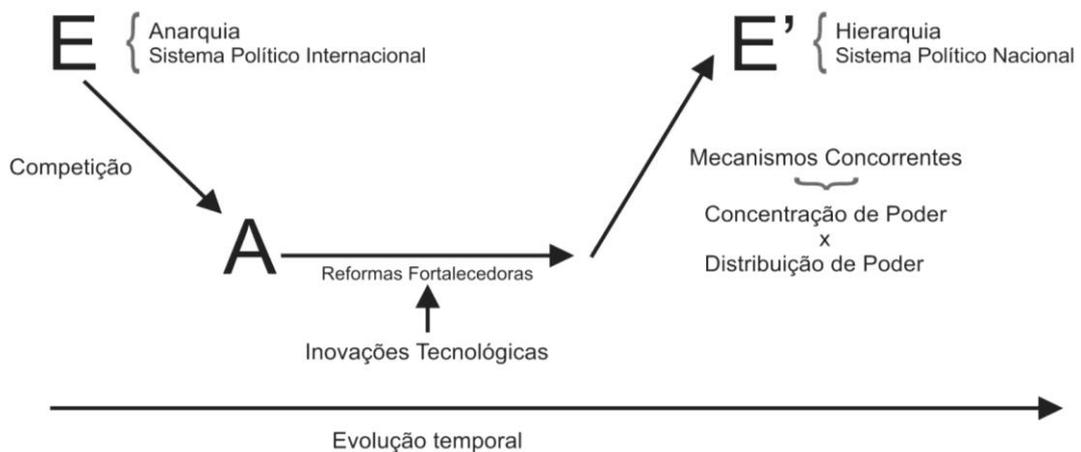
⁷⁸ No original: “*even the combined capabilities of all six states would not match that of Qin*”

⁷⁹ Sobre a relação entre percepção de ameaça e incapacidade de formação de alianças de balanceamento, ver Schweller (2004).

⁸⁰ No original: “*Neither alternative is in the ruler’s best interest. Joining the Horizontal Alliance means prostrating oneself before the might of Qin, and states that routinely prostrate themselves and their territory pared down until nothing is left. On the other hand, joining the Vertical Alliance means rescuing impotent states that are about to be annexed by Qin, and states that routinely rescue their impotent neighbours and their own strength weakened until their armies are defeated*”

comportamentos similares entre suas unidades. Em seguida, a combinação entre variáveis exógenas (inovação e difusão tecnológica) com respostas agenciais de um agente específico (reformas fortalecedoras) alteraram a distribuição de capacidades no sistema e tornaram a conquista e a administração dos territórios dominados menos custosa. Por fim, as interações, exemplificadas pelo embate entre as estratégias antibalanceamento com a resistência coletiva desorganizada dos demais reinos, favoreceram a tendência de concentração de força e resultaram no aumento da especialização funcional do sistema (E'). Logo, ocorreu a transformação de um sistema político internacional em um sistema político nacional.

Figura 2 – Modelo da Evolução da Relação Agente–Estrutura no Processo de Expansão do Reino Qin



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Concluindo, a obra de Hui sugere que a conjunção entre transformações tecnológicas, reformas fortalecedoras e estratégias de desestabilização de alianças podem superar o mecanismo da balança de poder e tornar a concentração dos meios de coerção um processo de reforço positivo. Logo, a continuidade da existência do SPI formado pelos reinos chineses não estava assegurada, mas sim era dependente de contingências históricas derivadas das interações estratégicas entre os agentes e da influência de variáveis contextuais. Na seção seguinte, avalia-se a ontologia e a evolução dos sistemas políticos nacionais e dos estados. Nesse caso, não apenas a competição internacional importa, mas também as interações entre estados, organizações não estatais e indivíduos pertencentes aos SPN.

2.3 SISTEMAS POLÍTICOS NACIONAIS: CONSTRUÇÃO DO ESTADO E CONCORRÊNCIA REGULADA

Sistemas políticos nacionais são constituídos por organizações políticas que centralizam os meios coercitivos e permitem o avanço da divisão do trabalho entre os demais agentes. No entanto, como ocorre nos sistemas políticos internacionais, não há uma lei de ferro que assegure a continuidade dessa estrutura. Assim, não apenas a existência dos SPI, mas também a sobrevivência dos estados e a continuidade dos SPN são fenômenos contingentes.

Primeiramente é necessário diferenciar os estados das demais unidades dos sistemas políticos nacionais. De acordo com Charles Tilly (1993, p. 46, grifo nosso), estados são “**organizações que aplicam coerção**, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios”. Por sua vez, Stein (2008, p. 129) compreende que organizações são “entidades conceitualmente reconhecidas que combinam grupos de pessoas com regras comuns definidas”⁸¹. Logo, estados constituem apenas um dos agentes que formam o SPN, que também é composto por organizações não estatais e indivíduos. Sua especificidade reside em sua reivindicação do monopólio do uso legítimo dos meios de força no território delimitado (WEBER, 1999).

Processos de formação de estados ocorrem quando organizações monopolizam os meios de coerção em um sistema social (TILLY, 1996). Tais empreitadas enfrentam a oposição de organizações políticas rivais internamente, bem como ameaças de outras unidades pertencentes aos SPI. Assim, para se consolidarem, estados precisam desenvolver meios que lhes permitam extrair e converter os recursos produzidos no sistema político nacional em capacidades materiais para o enfrentamento da resistência doméstica e da competição internacional (GIDDENS, 2001).

Desse modo, nota-se que estados não se formam como manifestações de acordos entre o soberano e a sociedade, como sugerem abordagens contratualistas⁸², mas sim são resultado dos esforços de monopolização dos meios coercitivos por uma organização. Logo, processos de formação de estados envolvem necessariamente conflitos de interesses entre organizações políticas e os demais componentes dos SPN. De fato, Tilly (1985) argumenta que, antes de proverem segurança, eles seriam a principal ameaça potencial aos indivíduos e organizações não estatais:

⁸¹ No original: “*conceptually recognized entities that combine groups of people with defined common rules*”.

⁸² Por contratualismo, entende-se: “todas aquelas teorias políticas que vêem a origem da sociedade e o fundamento do poder político num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político” (MATTEUCCI, 1998, p. 272). Para avaliação de abordagens contratualistas sobre processos de formação do estado ver Moore (2008).

Um retrato dos fazedores de guerra e fazedores de estados como empreendedores egoístas e coercitivos se assemelha muito mais aos fatos do que sua alternativa principal: a ideia do contrato social, a ideia de um mercado livre em que operadores de exércitos e estados ofereciam serviços para consumidores, a ideia de uma sociedade cujas normas e expectativas geram determinado tipo de governo⁸³. (TILLY, 1985, p. 169, tradução nossa).

Na seção anterior argumentou-se que a insegurança e a baixa especialização funcional entre as unidades predominavam nos SPI em função da anarquia. Por sua vez, salientou-se agora que estados concentram os meios de coerção nos sistemas políticos nacionais (TILLY, 1996). A diferença na distribuição dos meios coercitivos em cada sistema possui implicações nos mecanismos que atuam em seus respectivos processos evolutivos. Em outras palavras, a competição entre os agentes dos SPN está sujeita às pressões derivadas de uma estrutura distinta da dos SPI (WALTZ, 1979, p. 113).

Resulta dessa distinção que, enquanto nos SPI a ação das unidades é constrangida pela insegurança derivada da incerteza acerca das intenções das demais, nos SPN a variação comportamental é delimitada por uma *ordem reguladora* imposta pela organização estatal. Max Weber define ordem reguladora como o conjunto de regras “que regula outras ações sociais e garante por meio desta regulação as probabilidades facultadas aos agentes” (WEBER, 2010, p. 99). Por conta disso, nos SPN diminui-se a insegurança individual na medida em que a ordem restringe os meios tolerados nas interações competitivas entre as unidades (WALTZ, 1979, p. 112).

Nota-se que a competição e o mecanismo da socialização não são eliminados, mas operam de maneira distinta. Argumenta-se que a diferença fundamental é que, em um sistema no qual há uma ordem reguladora imposta pelo estado, a sobrevivência dos agentes não depende de suas próprias capacidades (GIDDENS, 2001, p. 207). Conseqüentemente, nesses sistemas os incentivos e constrangimentos derivados da estrutura possibilitam o aumento da especialização funcional entre as unidades (ELIAS, 1993). Retome-se o conceito de especialização funcional presente no modelo waltziano para avançar nesse ponto.

Segundo Waltz (1986, p. 324), o incremento da especialização funcional ocorre quando aumenta a divisão de trabalho entre as unidades do sistema. Não mais preocupados com ameaças físicas, os agentes podem deixar de buscar meios coercitivos e executar atividades específicas que se insiram no funcionamento da coletividade. Logo, se os SPI se

⁸³ No original: “*A portrait of war makers and state makers as coercive and self-seeking entrepreneurs bears a far greater resemblance to the facts than do its chief alternatives: the idea of a social contract, the idea of an open market in which operators of armies and states offer services to willing consumers, the idea of a society whose share norms and expectations call forth a certain kind of government*”

caracterizam pela similaridade funcional entre unidades soberanas, os agentes dos SPN estariam integrados pela divisão social do trabalho que os torna interdependentes entre si (DOYLE, 1986, p. 35).

Assim, o aumento da especialização funcional é inextrincável da formação de organizações políticas que concentrem meios coercitivos e assegurem ordens de regulação comportamental. Ou seja, somente quando “criam-se espaços sociais pacificados” é que “as pressões que atuam sobre as pessoas nesses espaços são diferentes das que existiam antes” (ELIAS, 1993, p. 198). Nesses espaços, a socialização constrange os agentes a reprimirem impulsos de ataque físico. Por conta disso, a natureza da competição se diferencia, não estando mais em jogo a sobrevivência da unidade, mas sim seu posicionamento em uma rede de interações integrada. Conforme descreve Norbert Elias:

Só quando um monopólio centralizado e público da força existe numa grande área é que a competição pelos meios de consumo e produção se desenvolve de modo geral sem intervenção da violência física; só quando existe, de fato, o tipo de economia e de luta que estamos acostumados a designar pelos termos economia e competição em sentido mais específico (ELIAS, 1993, p. 132, grifo nosso).

Contudo, argumenta-se que o aumento da especialização funcional em um sistema político nacional não implica a eliminação dos conflitos de interesse entre suas unidades. Logo, qual a natureza da competição em um sistema no qual há uma ordem reguladora imposta pela organização estatal? Recorre-se à distinção proposta por Max Weber entre os conceitos de poder e dominação⁸⁴ para avançar nessa questão. Segundo Weber: “poder significa toda a probabilidade de, dentro de uma relação social, **impor a vontade própria** mesmo contra a resistência, **seja qual for o fundamento dessa probabilidade**” (WEBER, 2010, p. 102, grifo nosso). Por sua vez, “dominação denominar-se-á a probabilidade de **encontrar obediência a uma ordem** de determinado conteúdo em dadas pessoas” (WEBER, 2010, p. 102, grifo nosso).

Em função da inexistência de uma autoridade central, nos SPI predominam relações de poder. Ou seja, não há regulação dos meios pelos quais uma organização política tenta⁸⁵

⁸⁴ É importante salientar que o conceito de poder é objeto de múltiplas interpretações na Ciência Política. Ver Dahl (1961) Giddens (2001) e Lukes (2004). Recorre-se à definição weberiana para salientar a distinção entre sistemas sociais nos quais não há regulação superior acerca dos meios pelos quais um agente pode impor sua vontade sobre outro, de sistemas sociais nos quais há uma ordem reguladora delimitando os comportamentos aceitáveis pelas unidades.

⁸⁵ Destaca-se a importância do termo tentar, pois conforme salienta Giddens (2001, p. 36): “um agente pode estar em uma posição de poder no sentido de que tenha capacidade de empregar uma gama de recursos. Mas até onde esses recursos podem ser usados para assegurar resultados específicos depende da garantia de quaisquer consentimentos que forem necessários da parte de outros agentes”.

impor sua vontade sob outra⁸⁶. Por sua vez, definiu-se que os estados concentram os meios de coerção e estabelecem ordens reguladoras sobre o comportamento dos demais agentes dos SPN. Assim, nesse tipo de sistema a obediência aos limites comportamentais delimitados se configura como uma relação de dominação entre governantes e os governados. Conforme salienta Waltz (1979, p. 112, tradução nossa) “nacionalmente, relação de autoridade são estabelecidas. Internacionalmente, somente relações de força”⁸⁷.

Weber argumenta que uma ordem reguladora “existe quando há uma probabilidade de que ela será mantida por um quadro específico de homens que se utilizarão da compulsão física com a intenção de obter conformidade em relação à ordem ou de aplicar sanções a sua violação” (WEBER, 1981, p. 61) Ou seja, na medida em que: “para o cumprimento mesmo de uma pauta ‘mínima’ **o Estado não pode evitar completamente interferir na vida econômica da coletividade que o sustenta**” (REIS, 2003, p. 65, grifo nosso), sua consolidação exige não só a concentração de meios de força, mas também a criação de instituições administrativas, necessários para a intervenção na sociedade (BENDIX, 1976, p. 23; MANN, 1992, p. 9)⁸⁸. Logo, a tensão entre estado, indivíduos e organizações não estatais em relação à extração de recursos é indissociável do custeamento da relação de dominação que sustenta a própria especialização funcional do sistema político nacional.

Contudo, embora a posse de meios coercitivos seja condição necessária para a imposição da ordem reguladora, a dominação estatal se torna insustentável se fundamentada apenas na coerção (BUZAN, 1984, p. 53). Conforme argumenta Wong (1997, p. 74, tradução nossa): “controle coercitivo é caro, intensivo em trabalho e muitas vezes intensivo em capital”⁸⁹. Portanto, ainda que a concentração dos meios de força seja fundamental para a regulação comportamental, estados são incapazes de se sustentarem sem a aquiescência de outras organizações dentro da sociedade⁹⁰. Desse modo, “a questão da legitimidade torna-se fundamental, já que apenas ela seria a **garantia última da subsistência de uma associação política**” (BIANCHI, 2014, p. 100, grifo nosso). Assim, os agentes estatais se esforçariam

⁸⁶ Conforme se argumentou anteriormente, tal configuração não implica o caos, mas sim padrões de comportamento que emergem de maneira descentralizada a partir de expectativas comportamentais derivadas da distribuição de força no sistema.

⁸⁷ No original: “*nationally, relations of authority are established. Internationally, only relations of strength*”

⁸⁸ De acordo com Max Weber (1991, p. 96, grifo nosso): “O desenvolvimento qualitativo e quantitativo das tarefas administrativas favorece, a longo prazo, inevitavelmente, a continuidade efetiva de pelo menos uma parte dos funcionários, porque a superioridade técnica na administração dos assuntos públicos fundamenta-se de maneira mais sensível, em treinamento e experiência. Por isso, **há sempre a probabilidade de que se constitua uma formação social especial e perene para os fins administrativos, e isto significa ao mesmo tempo: para o exercício da dominação**”.

⁸⁹ No original: “*coercive control is very expensive, labor intensive, and sometimes capital intensive*”

⁹⁰ Conforme salienta Miguel Centeno (2002, p. 106, tradução nossa): “a capacidade do estado extrair recursos estará relacionado intimamente com a disposição da população aceitar esse fardo”.

para consolidar as relações de dominação por meio de “atos de persuasão, como a criação em credos de moralidade, sensibilidade, necessidade ou o desejo por uma determinada ordem social”⁹¹ (WONG, 1997, p. 74, tradução nossa). Em outras palavras:

Se o Estado pode contar com a adesão da população às normas vigentes, de maneira não só a cumpri-las rotineiramente, mas também a punir os recalcitrantes — ou ao menos denunciá-los às autoridades competentes —, então **é lícito esperar um desempenho mais eficiente das instituições políticas** (REIS, 2003, p. 63, grifo nosso).

Desse modo, a dominação estatal sob demais componentes dos SPN é sustentada tanto pela concentração dos meios coercitivos, quanto pela legitimidade⁹² da ordem reguladora (BENDIX, 1976, p. 26). Isto é, “estados precisam de uma base física de população e território; precisam de instituições de governança que controlem a base física e precisam de uma ideia de estado que estabeleça a autoridade na mente da sua população”⁹³ (BUZAN, 1984, p. 40, grifo nosso). Avalia-se agora a competição entre os demais agentes pertencentes aos SPN. Como a concentração dos meios de força, o estabelecimento de uma ordem reguladora e a especialização funcional condicionam as interações entre indivíduos e organizações não estatais?

Argumentou-se que a sobrevivência das unidades não está em questão nas interações em sistemas políticos nacionais em que há monopólio dos meios coercitivos e uma ordem reguladora⁹⁴. Todavia, conflitos de interesses não ocorrem exclusivamente por meio da coerção. De fato: “há um conjunto inteiro de meios cuja monopolização permite ao homem, como grupo ou indivíduo, impor sua vontade aos demais” (ELIAS, 1993, p. 146)⁹⁵. Desse modo, nos SPN “os grupos cuja existência social é mutualmente dependente, através da divisão das funções, lutam por certas oportunidades. **Eles são, simultaneamente,**

⁹¹ No original: “*acts of persuasion, such as the creation of beliefs in the morality, sensibility, necessity, or desirability of a certain kind of social order*”

⁹² Define-se legitimidade como: “um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão” (Levi, 1998, p. 675, tradução nossa).

⁹³ No original: “*states must have a physical base of population and territory; they must have governing institutions of some sort which control the physical base; and there must be some idea of the state which establishes its authority in the minds of its people*”

⁹⁴ É importante salientar que o uso da coerção não se restringe ao âmbito internacional (Waltz, 1979). A distinção relevante para este artigo é que nos sistemas políticos nacionais, com exceção das organizações estatais, os agentes não se organizam coletivamente para ameaçar ou utilizar a força física para defender seus interesses. Quando o fazem, estão sujeitos às penalidades definidas na ordem reguladora e impostas pela organização estatal.

⁹⁵ Conforme argumenta Pasquino (1998, p. 226), “a violência pode ser considerada um instrumento utilizável num Conflito social ou político, mas não o único e nem necessariamente o mais eficaz”.

adversários e parceiros” (ELIAS, 1993, p. 147, grifo nosso). Logo, conforme salienta Lockwood (1956, p. 139, tradução nossa), o aumento da divisão do trabalho é inextrincável do surgimento de novos conflitos de interesses:

De um lado se sugere que a sociedade é impensável sem algum grau de integração por meio de normas compartilhadas. Por outro, a sociedade é considerada impensável sem algum grau de conflito surgindo da alocação de recursos escassos na divisão de trabalho⁹⁶.

Nesse caso, Weber argumenta que a competição ocorre em torno das oportunidades específicas de vida decorrentes do posicionamento das unidades na estrutura de distribuição das ordens econômicas e sociais (WEBER, 1981, p. 62–63)⁹⁷. O autor denominou tal tipo de competição como concorrência regulada: “na medida em que está orientada, nos fins e nos meios, por uma ordem” (WEBER, 2010 p. 72). Ou seja, ainda que haja regulação dos meios tolerados na competição social, a posição do agente na divisão do trabalho fornecerá maior — ou menor — acesso aos recursos necessários para a defesa de seus interesses no SPN (HAY; WINCOTT, 1998, p. 956)⁹⁸. Portanto, embora os meios utilizados da concorrência regulada sejam contextualmente variáveis, considera-se que:

Os processos de constituição da sociedade são, muitíssimas vezes, simplesmente compromissos de interesses antagônicos, os quais neutralizam apenas uma parte do objecto ou dos meios de luta, mas deixam, de resto, **subsistir a oposição de interesses e a concorrência em torno das probabilidades**. E o ordenamento da acção social, seja qual for a sua espécie, deixa, como se afirmou, subsistir de qualquer modo a pura selecção efectiva na **competição dos diferentes tipos humanos em torno das probabilidades da vida** (WEBER, 2010, p. 80, grifos nossos).

Evidenciam-se três dimensões distintas de competição envolvendo os estados:

- a) **Competição internacional**: decorrente da insegurança comportamental derivada da estrutura anárquica dos SPI;

⁹⁶ No original: *On the one hand it is suggested that society is unthinkable without some degree of integration through common norms. On the other, society is held to be unthinkable without some degree of conflict arising out of the allocation of scarce resources in the division of labour*

⁹⁷ De acordo com Weber (1981, p. 63): “podemos denominar de ‘ordem social’ a forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade entre grupos típicos participantes dessa distribuição. A ordem social e a ordem econômica estão ambas, é evidente, relacionadas com a ‘ordem legal’. Entretanto, a ordem social e a econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos estão distribuídos. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela”.

⁹⁸ De acordo com Elias (1993, p. 105): “graças à centralização e à monopolização, oportunidades que antes tinham que ser conquistadas por indivíduos com emprego de força militar ou econômica tornam-se passíveis de planejamento. A partir de certo ponto do desenvolvimento, a luta pelos monopólios não visa mais à sua destruição. É uma luta pelo controle do que eles produzem, por um plano de acordo com o qual seu ônus e benefícios sejam mais divididos, numa palavra, pelas chaves para a distribuição”.

- b) **Construção do estado:** derivada da tensão entre estado e as demais unidades dos SPN em torno da extração dos recursos para a defesa externa, monopolização da coerção interna e imposição da ordem reguladora; e
- c) **Concorrência regulada:** representada pelos conflitos de interesses entre organizações não estatais e indivíduos em torno da distribuição dos meios permitem acesso às oportunidades específicas de vida.

Argumenta-se que o modo como as organizações estatais extraem recursos para enfrentar a competição internacional e sustentar sua dominação interna fornece o nexo causal entre essas três dimensões de conflito, conectando os processo evolutivos dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados.

Quadro 4 – Dimensões de Competição envolvendo os Agentes dos SPI e SPN

| Dimensão da Competição | Agentes | Meios |
|-------------------------------|---|---|
| Competição Internacional | Estados pertencentes ao SPI | Capacidades materiais para a guerra |
| Construção do Estado | Estado, organizações e indivíduos pertencentes ao SPN | Coerção e formação de legitimidade |
| Concorrência Regulada | Organizações não estatais e indivíduos | Delimitados pela ordem reguladora imposta pelo estado |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Para compreender tal vinculação, nota-se que a ordem reguladora imposta pelo estado não é neutra em relação à concorrência regulada. Ou seja, “a estrutura de toda ordem legal influencia diretamente a distribuição de poder, econômico ou de outra natureza” (WEBER, 1981, p. 61). Assim, os benefícios provenientes da ordem sustentada pelos estados tendem a ser direcionados para os agentes que dominam e lhes fornecem os recursos necessários para suas finalidades (MANN, 1992, p. 13, NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009, p. 18). Tal condição se explicita fundamentalmente na tributação, pois conforme salienta Reis (2003, p. 65, grifo nosso):

Existem infinitas maneiras de se gerar riqueza em uma sociedade, logo haverá variados modos de se cobrarem impostos e — como eles evidentemente não são neutros no plano distributivo — **alguma arbitrariedade estará necessariamente envolvida na estipulação da norma tributária, que resultará do jogo natural de pressões e contrapressões, próprio da arena política.**

Logo, a existência de uma ordem reguladora implica na continuidade de conflitos de interesse no sistema, dado que “a imposição da ordem necessariamente resolve o conflito em

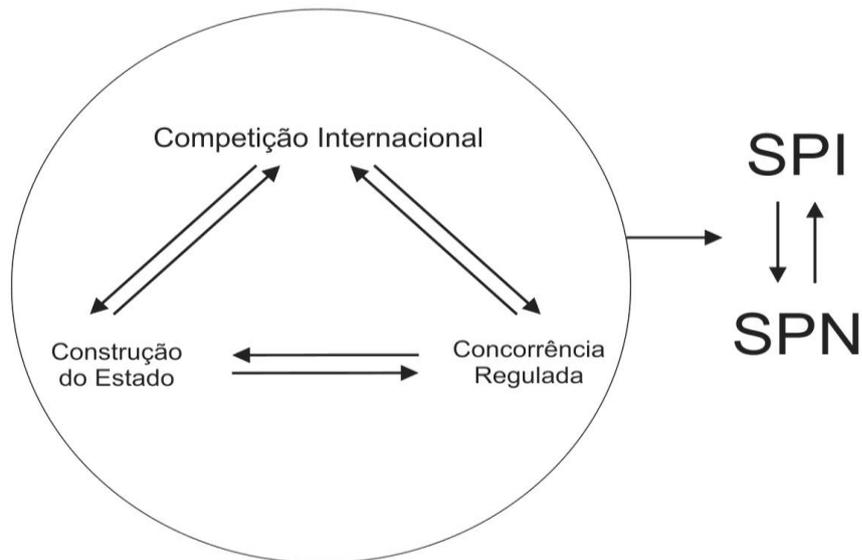
termos favoráveis a uma ou outra parte”⁹⁹ (CLARKE, 1991, p. 4). Assim, a natureza da ordem imposta pelo estado é objeto de disputa pelos demais agentes, na medida em que ela define as expectativas comportamentais da competição entre eles (LUSTICK, 2011, p. 2)¹⁰⁰. Isto é, embora os estados estabeleçam relações de dominação sobre os indivíduos e organizações não estatais, eles também são condição necessária para o aumento da divisão do trabalho que permite a própria integração dos SPN. Todavia, a ordem que sustenta o incremento da especialização funcional não é neutra, favorecendo os interesses de determinados agentes em troca da aquiescência e apoio à dominação estatal (WALTZ, 1979; WEBER, 1981; ELIAS, 1993).

Salienta-se que a dominação estatal é contextualmente variável (STEIN, 2008, p. 164). Na medida em que os governantes concentrarem os recursos necessários para sobreviverem no SPI e monopolizarem os meios de coerção no SPN, eles terão não só maior liberdade de ação externa, mas também maior autonomia em relação às demais unidades dos sistemas políticos nacionais. Por sua vez, caso os recursos necessários para execução desses imperativos estiverem concentrados em outros atores, as intervenções estatais tenderão a ser constrangidas e refletir os interesses destes (GIDDENS, 2001, p. 160). Evidencia-se, portanto, que as formas pelas quais as três dimensões de conflito são encaradas condicionam a capacidade de ação estatal nos âmbitos interno e externo.

⁹⁹ No original: *the imposition of order must resolve that conflict on terms favourable to one or the other party to it*”

¹⁰⁰ É importante salientar que a ordem imposta pelos estados não constitui o único elemento que constrange o comportamento das unidades dos sistemas políticos nacionais. De fato, conforme argumenta Poggi (2003, p. 252), não somente a evolução das organizações políticas, mas também os processos de mudança social, econômica e cultural “*creates unprecedented opportunities, problems, strains and conflicts, some of which only the state can adequately deal with, in view of their urgency, and of the advantages to be drawn from confronting them in a selfconscious and purposive manner*”.

Figura 3 – Dimensões de Competição e a Relação com os SPI e SPN



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Logo, questiona-se quais os mecanismos que intermedeiam o modo como a competição internacional influencia a construção do estado e a concorrência regulada? Não é propósito deste trabalho apontar respostas definitivas para essa pergunta. Objetiva-se especificar hipóteses levantadas pela agenda de pesquisa sobre a relação entre guerra e processos de formação de estado (POSEN, 1993, TILLY, 1975, 1985, 1996, HERBST, 2000, GIDDENS, 2001, CENTENO, 2002, HUI, 2005). Especificamente, avalia-se o modelo explicativo proposto por Charles Tilly (1975, 1985, 1996) sobre a formação dos Estados-nação no continente europeu.

Charles Tilly argumenta que o surgimento dos Estados-nação¹⁰¹ na Europa no período de 990–1990¹⁰² foi resultado dos esforços dos governantes para monopolizar os meios de coerção internamente e enfrentar a competição internacional (TILLY, 1996, p. 107). Compelidos por ameaças externas, os estados aumentaram a extração de recursos dos demais componentes dos SPN. Na medida em que tais agentes resistiam às investidas estatais,

¹⁰¹ Ainda que, ao final do período avaliado pelo autor, esse processo tenha impulsionado a convergência dos formatos das organizações políticas europeias em direção ao Estado-nação, essa trajetória não teria ocorrido de maneira linear. De fato, houve a formação de organizações políticas com características extremamente variadas. Cidades-estado, ligas de cidades, reinos, potentados eclesiásticos e impérios coexistiram no sistema político internacional europeu. Ver Spruyt (1994).

¹⁰² É importante salientar que a análise de longos processos temporais engendra como fraqueza a omissão de eventos específicos nas trajetórias evolutivas de cada caso. Reconhece-se que tais eventos contingentes em certas ocasiões desempenham um papel decisivo na determinação de qual organização triunfaria em detrimento da outra. Contudo, considera-se que os mecanismos de seleção derivados da estrutura do sistema político internacional europeu atuaram de modo geral independente de tais acidentes, incentivando a centralização do poder político em estados maiores. Sobre as vantagens e desvantagens de avaliar longos processos temporais, ver (TILLY, 1983, PIERSON, 2004).

barganhavam-se¹⁰³ condições para o fornecimento dos recursos. Assim, em troca dos meios materiais e humanos necessários para as guerras, a organização estatal concedia direitos políticos e/ou sociais nas ordens reguladoras dos SPN.

No entanto, houve variações regionais nas trajetórias de construção dos Estados-nação. O autor aponta como fator responsável por essas distinções as diferenças de capacidade estatal que cada governante possuía para impor sua dominação sobre os detentores de capital em cada território. Essa diferença teria sido responsável por alterações em duas dimensões: como eram extraídos os recursos; e quais as características das ordens que regulavam o comportamento das unidades. Três tipos ideais de organização política teriam surgido:

Embora todas as regiões da Europa tenham acabado por convergir no grande estado nacional, a verdade é que os estados divergiram durante um longo período, por vários séculos, **o estado coercivo, o capitalista e o de coerção capitalizada** progrediram separadamente no tocante à estrutura e à ação (TILLY, 1996, p. 203).

Em um extremo, nas áreas predominantemente agrícolas e com pouco capital (Rússia, Hungria, Polônia, Suécia, Sicília e Castela), governantes utilizaram estratégias intensivas em coerção para extrair recursos, realizar guerras e controlar a ordem em seus territórios¹⁰⁴. O enfrentamento da competição internacional era financiado por meio da exploração de uma massa camponesa submetida a uma ordem reguladora mantida mais pela aliança entre governantes, proprietários de terra e funcionários estatais. Desse modo:

De modo muito semelhante, o estado russo, o polonês, o húngaro, sérvio, e o brandenbúrguês se formaram com base em fortes alianças entre belicosos e senhores de terra armados, em grandes concessões de poder governamental aos nobres e à pequena nobreza, na exploração conjunta do campesinato, e restringiu o campo de ação do capital do comércio (TILLY, 1996, p. 213).

Em outro extremo, nas áreas com abundância de capital (Flandres, norte da Itália e Países Baixos), governantes empregaram estratégias intensivas em capital. A presença de uma

¹⁰³ De acordo com Kliemt e Ahlert (2013, p. 48), barganhas ocorrem quando: “humanos estão engajados em ‘cooperação antagonista’ e precisam negociar acordos em temas como preços, salários e regulação de relações pessoais, de grupo e internacionais. As partes em barganha possuem interesses parcialmente opostos e precisam negociar como os adequar à vantagem de todos”. Sobre a relação entre barganha, taxaço e formação do estado, ver Moore (2008, p. 37).

¹⁰⁴ De acordo com Tilly, o caso russo constitui o modelo ideal da estratégia intensiva em coerção. Após o czar Ivan IV (1533–84) vencer os conflitos com a nobreza agrária, ele teria passado a beneficiar os funcionários do estado com as terras expropriadas. Em um segundo momento, os proprietários agrários e os agentes estatais se alinharam em torno da exploração da mão de obra camponesa. Por meio de decretos imperiais, os camponeses eram fixados ou transferidos para territórios determinados. Em 1700, Pedro, o Grande, lançou decreto segundo o qual todo servo libertado devia apresentar-se imediatamente ao serviço militar e, se fosse recusado, devia se sujeitar a outro senhor (Tilly, 1996, p. 212).

poderosa classe mercante estabelecia “sérios limites ao exercício direto, por parte do estado, de controle dos indivíduos e das famílias, mas facilitava a aplicação de taxas relativamente eficientes e indolores sobre o comércio” (TILLY, 1996, p. 161)¹⁰⁵. Na ausência de zonas agrícolas, os conflitos em que tais estados se envolviam eram custeados por empréstimos, taxas alfandegárias e impostos sobre o consumo. O controle das rotas de comércio era definido em rápidas batalhas travadas por forças mercenárias de baixo custo. Tais meios não exigiam grandes aparatos burocráticos, sendo administrados por funcionários das famílias de comerciantes e banqueiros (TILLY, 1996, p. 220). Logo, a preparação para a competição internacional e a ordem reguladora era sustentada por lucros comerciais e financeiros:

As cidades-estado, as cidades império e federações urbanas, todas se mantiveram durante séculos como potências comerciais e políticas, deram grande prioridade aos objetivos comerciais, criaram estruturas de estado efetivas sem grandes burocracias, inventaram meios relativamente eficientes de pagar suas dívidas de guerra e outros gastos do estado e construíram instituições que representavam as suas oligarquias comerciais dentro da própria organização dos estados (TILLY, 1996, p. 223).

Em posição intermediária estavam os governantes que utilizaram estratégias de coerção capitalizada (Inglaterra, França e Prússia). Nesses casos, havia menor assimetria entre proprietários de terra, comerciantes e pequenos burgueses. O maior equilíbrio garantiu menor dependência dos aspectos coercitivos na atividade extrativa — em comparação as estratégias de coerção intensiva — ao mesmo tempo em que resultou em maior capacidade estatal de penetração na sociedade — em comparação aos governantes que adotaram estratégias intensivas em capital. Consequentemente, a ordem reguladora nesses SPN contava “com a aquiescência tanto dos proprietários de terras quanto dos mercadores” e estabelecia uma concorrência regulada na qual “os nobres enfrentavam os financistas, mas no final acabavam colaborando com eles” (TILLY, 1996, p. 161). Desse modo:

Estados como Grã Bretanha, França e posteriormente Prússia combinaram fontes substanciais de capital doméstico com relações proprietário-cultivador suscetíveis de facilitar a criação de força armada maciça. A sua maior capacidade de sustentar os exércitos com os seus próprios recursos acabou por fazê-los predominar sobre outros tipos de estado (Tilly, 1996, p. 268).

A hipótese do modelo tillyano é de que a competição internacional foi intermediada pela forma como a concorrência regulada e a construção do estado — representadas pelas interações entre classes mercantis, nobreza agrária, camponeses e agentes estatais — estava

¹⁰⁵ Nesse caso, a trajetória de Veneza é o modelo ideal apresentado pelo autor.

estruturada em cada região (TILLY, 1996, p. 76). Além disso, sugere que a consolidação do Estado-nação enquanto unidade predominante no sistema não era a única trajetória possível de evolução¹⁰⁶. Isto é, ainda que o incremento da competição internacional induziu à mobilização de recursos pelas unidades, houve um lapso temporal até que o mecanismo da socialização operasse para convergir as ordens reguladoras dos SPN:

Levou muito tempo para que o mapa da Europa fosse dominado pelos estados nacionais. Em 990, nada a respeito desse mundo de feudos, senhores locais, invasores militares, aldeias fortificadas, cidades comerciantes, cidades-estado e mosteiros podia prever uma consolidação em estados nacionais (TILLY, 1994, p. 94).

Se a variação nas relações entre coerção e capital é apontada como causa da divergência inicial nos processos de formação dos Estados-nação, as transformações no formato das forças militares¹⁰⁷ seriam as responsáveis pela convergência subsequente (FINER, 1975, PARET, 1986. POSEN, 1993, TILLY, 1996, GIDDENS, 2001, LEVY; THOMPSON, 2011). Isto é, se inicialmente a competição internacional induziu à mobilização de recursos, após as transformações nos meios que sustentavam o emprego da força o mecanismo da socialização selecionou as organizações políticas cujas reformas melhor se adequaram a tais mudanças.

Em primeiro lugar, houve aumento na escala dos recursos utilizados na competição internacional. De acordo com MANN (1993, p. 371, tradução nossa), “estados lutaram guerras centrais durante dois terços do tempo, comprometendo progressivamente maiores demandas de poder humano, taxaço e produção industrial e agrícola¹⁰⁸¹⁰⁹. Conforme demonstra a tabela 1, o número de combatentes aumentou consistentemente. Nesse contexto, evidenciou-se que forças armadas formadas apenas por cavaleiros da nobreza e mercenários não eram capazes de enfrentar exércitos compostos por milhares de soldados conscritos,

¹⁰⁶ De fato, desde a desintegração do Império Romano do Ocidente no ano de 476 d.C. até a dissolução do Sacro Império Romano Germânico em 1806 e as subsequentes unificações da Alemanha e da Itália (1870–1871), organizações políticas com características extremamente distintas coexistiam “em um ambiente de concorrência direta ou indireta, cujo mecanismo de resolução última era o emprego da violência organizada” (Borba, 2014, p. 78).

¹⁰⁷ Seguir-se-á o modelo proposto por Finer (1975, p. 90), que considera que o “formato das forças militares” consiste em duas dimensões: i) o recrutamento e a forma de serviço dos soldados: se são nativos ou estrangeiros, pagos ou voluntários, *ad.hoc* ou permanentes; e ii) o tamanho das forças armadas, a composição das armas e a estratificação social da força.

¹⁰⁸ No original: “*states were fighting major wars for two-thirds of the time, involving progressively greater demands on manpower, taxation, and agricultural and industrial production*”

¹⁰⁹ Além disso, o número de mortes por combate aumentou de três mil por ano no século XVI, para mais de 223 mil por ano durante o século XX (TILLY, 1996, p. 131)

treinados e disciplinados (JONES, 1987, p. 150). Por conta disso, gradualmente o estabelecimento de forças conscritas e permanentes se tornou tendência (PORTER, 1994).

Tabela 1 – Evolução do Número de Combatentes na Europa, 1500–1850

| País – Número de Combatentes (mil) | | | | | | |
|------------------------------------|---------|--------|------------|--------|--------|--|
| Ano | Espanha | França | Inglaterra | Rússia | Suécia | |
| 1500 | 20 | 18 | 25 | - | - | |
| 1600 | 200 | 80 | 30 | 35 | 15 | |
| 1700 | 50 | 400 | 292 | 170 | 100 | |
| 1850 | 154 | 439 | 201 | 850 | 63 | |

Fonte: Tilly (1996, p. 137).

Em segundo lugar, a entrada das massas nos teatros de operações foi possibilitada por inovações tecnológicas nos equipamentos militares que diminuíram a predominância da nobreza nos combates. Cartuchos mais leves, bem como as invenções do mosquete, da espingarda e da baioneta aumentaram a eficiência da infantaria leve em relação à cavalaria pesada (JONES, 1987, p. 263, POSEN, 1993, p. 94, LEVY; THOMPSON, 2011, p. 160)¹¹⁰. A difusão da pólvora ampliou o alcance da artilharia e diminuiu a importância dos castelos como fortificações militares (JONES, 1987, p. 153, GIDDENS, 2001, p. 132).

A natureza dos novos equipamentos requisitava maior padronização das ações coletivas, o que, por sua vez, exigia disciplina, hierarquia e treinamento constante dos soldados em tempos de paz (FINER, 1975, p. 103)¹¹¹. As conquistas dos estados que adotaram tais medidas pressionavam seus adversários a lhes emularem (BLACK, 1991). Consequentemente, “o comando militar moderno emergiu no cenário europeu, extremamente disciplinado e concebido como um pilar essencial da autoridade do estado”¹¹² (PORTER, 1994, p. 162, tradução nossa).

Tanto pela necessidade de suprir e coordenar contingentes maiores, quanto pelo imperativo da produção em massa de equipamentos, os custos financeiros e as exigências logísticas, estratégicas e operacionais da guerra se expandiram (FINER, 1975, p. 108, JONES,

¹¹⁰ De acordo com Barry Posen: “a proliferação do uso de em ‘ordem aberta’ parece ter ocorrido rapidamente após a revolução, persistindo em algum grau na maioria dos exércitos europeus. Era difícil enfrentar os franceses sem adotar seus métodos” (POSEN, 1993, p. 94, tradução nossa).

¹¹¹ Black (1991, p. 83, tradução nossa) considera que “a capacidade de atacar antes e duro, como a França fez contra os holandeses em 1672 e contra a Austria em 1773, bem como a Prússia fez contra a Austria em 1740 produzia benefícios óbvios aos governantes que matinhavam exércitos durante períodos de paz. Suas ações eram observadas com preocupação por outros poderes, e somente eles possuíam realmente liberdade de ação nas relações internacionais. Como resultado, havia pressões consideráveis para que certos estados aumentassem o nível de preparação militar, algo extremamente custoso”. Por sua vez, de acordo com Finer (1975, p. 99), as primeiras forças militares permanentes surgiram em 1445 na França, em 1645 na Inglaterra, em 1660 na Prússia e em 1707 na Rússia.

¹¹² No original: “*the modern command army emerged on the stage of Europe, highly disciplined and conceived as a pliant instrument of state authority*”

1987, p. 252, BLACK, 1991, p. 92)¹¹³. Tais necessidades induziram ao aumento na capacidade de intervenção dos estados sobre os SPN. De acordo com Michael Mann (1993, p. 369, tradução nossa): “no final do século XVIII os estados tinham a maior capacidade de extração fiscal que o mundo havia visto até o início das guerras do século XX”¹¹⁴. Bruce Porter (1994, p. 166) assinala que nesse período “departamentos de finança, envolvidos nos custos espirais das guerras, passaram por drásticas reformas e racionalização”¹¹⁵¹¹⁶. Desse modo, a preparação para as guerras interestatais produziu como consequência estados com aparatos administrativos cada vez mais robustos.

As alterações nos recursos necessários para o enfrentamento da guerra na Europa evidenciaram que a sobrevivência dos estados dependia da extração de recursos provenientes de todo o SPN (HOBSBAWN, 1992, POSEN, 1993). Consequentemente, alteraram-se também os parâmetros da competição entre estados, indivíduos e organizações não estatais (GIDDENS, 2001, p. 250). Por um lado, o menor papel da nobreza nas guerras aumentou a autonomia dos agentes estatais em relação a esse grupo (KENNEDY, 1989, p. 71). Isto é, “a guerra tomou um rumo que fez da soberania fragmentada e de pequena escala uma clara desvantagem” (TILLY, 1996, p. 121). Logo, a capacidade das aristocracias manterem forças armadas independentes dos governos centrais se deteriorou (BLACK, 1991, p. 83)¹¹⁷. Conforme demonstram os mapas 2 e 3, ao longo do período avaliado consolidou-se a tendência de centralização dos meios de força em unidades políticas com maior extensão territorial.

¹¹³ Posen (1993, p. 83) argumenta que a essência do exército de massa é sua capacidade de manter o poder de combate em face aos desafios impostos pelo atrito nas campanhas. Assim, não apenas os imperativos de comando, controle e logística são enormes, como também a manutenção da motivação política, a educação e o treinamento de vastos contingentes são desafios para os agentes estatais.

¹¹⁴ No original: “*late eighteenth-century states had the highest fiscal extraction rates the world had seen before the wars of the twentieth century*”

¹¹⁵ No original: “*finance departments, reeling from the spiraling costs of war, faced drastic overhaul and rationalization*”

¹¹⁶ Segundo Mann (1993, p. 393), o percentual de funcionários estatais em relação ao total da população entre 1760 e 1910 aumentou de 0,06% para 1,17% na Áustria, de 0,26% para 1,4% na França, de 0,18% para 0,64% na Inglaterra e de 0,33% para 1,57% na Prússia/Alemanha.

¹¹⁷ De acordo com Black (1991, p. 83, tradução nossa), “os exércitos mantidos pelos poderes mais fracos não se comparavam aos dos estados maiores, sendo o aumento dessa discrepância um dos desenvolvimentos militares e políticos fundamentais do período pós 1660”.

Mapa 2 – Organizações Políticas no Sistema Político Internacional Europeu em 1400



Fonte: Euratlas (2009).

Mapa 3 – Organizações Políticas no Sistema Político Internacional Europeu em 1900



Fonte: Euratlas (2009).

Por outro lado, a participação das massas nos combates induziu à reformulação dos termos nos quais a dominação estatal se legitimava. Os efeitos foram: a emergência do ideal nacional enquanto fonte de legitimidade; e o aumento das demandas civis sobre os estados (HOBBSAWN, 1992; POSEN, 1993). Isto é, se o nacionalismo foi operacionalizado pelos governantes europeus como ferramenta de mobilização e homogeneização ideológica das

populações dentro de seus territórios, ele também serviu como justificativa para reivindicações pela extensão do acesso a direitos civis, políticos e sociais nas ordens reguladoras (MARSHALL, 1973, BENDIX, 1976, TILLY, 1996, GIDDENS, 2001)¹¹⁸. O contraste entre o discurso do Almirante Nelson antes da batalha de Trafalgar em 1808: “a Inglaterra espera que todo homem cumpra seu dever” (HOBSBAWN, 1992, p. 150, tradução nossa), com o *slogan* “um homem, um voto, uma arma”, difundido durante os conflitos em torno da extensão do sufrágio na Suécia no início do século XX (BENDIX, 1976, p. 115), ilustra a relação existente entre mobilização militar em massa, ideal nacional e o incremento das demandas sobre o estado.

Portanto, se as reformas nesse período aumentaram a capacidade de intervenção estatal no SPN, elas também alteraram a correlação de forças entre os agentes envolvidos na concorrência regulada¹¹⁹. Bendix (1978, p. 28) argumenta que, enquanto a administração pública se ampliava, o acesso às posições oficiais se separava de critérios hereditários ou de propriedade. Outros autores notam que políticas de unificação linguística¹²⁰ foram acompanhadas da instauração de sistemas públicos e gratuitos de educação (HOBSBAWN, 1992, POSEN, 1993). Michael Mann (1993, p. 379) destaca que os gastos estatais com educação e bem-estar entre 1870 e 1910 aumentaram 500% na França, 399% na Alemanha e 638% no Reino Unido. Benedict Anderson (2008, p. 35) avalia que o desenvolvimento da imprensa não só aumentou a capacidade de difusão de códigos de lei, emissão de relatórios e coleta de informações, mas também reforçou a identidade nacional por meio dos meios de comunicação de massa. Por sua vez, Helleiner (1998) e Lauer (2008) demonstram como a criação de moedas nacionais facilitou a tributação, aumentou a capacidade de intervenção na economia e difundiu mensagens com conteúdo nacional. Em outras palavras, da conjunção

¹¹⁸ T. H. Marshall (1973) distingue três tipos de direitos de cidadania: civis, políticos e sociais. Direitos civis seriam aqueles que garantiriam a liberdade de associação, fala e justiça em relação às acusações de comportamento inadequado. Direitos políticos tratam da participação dos indivíduos no exercício do poder político. Direitos sociais se referem à prerrogativa de cada indivíduo possuir padrões mínimos de segurança e bem-estar econômico dentro do SPN.

¹¹⁹ Para avaliação detalhada do processo de centralização da administração pública e dos meios de força nas organizações políticas estatais durante esse período, ver Bendix (1976), Elias (1993), Giddens (2001). Reproduz-se aqui o trecho da obra de Reinhard Bendix (1976) que resume a distinção fundamental entre o modo como as ordens reguladoras se sustentavam no período medieval e nos Estado-nação: “Na concepção medieval o pilar da ordem social é o privilégio hereditário familiar, cuja estabilidade ao longo do tempo é a fundação do direito e da autoridade, enquanto que a ordem estamental da sociedade e sua transmissão regula as relação entre as famílias e o governante supremo. O Estado-nação moderno pressupõe que o elo entre a autoridade governamental e os privilégios hereditários controlados pelas famílias nobres é quebrado” (BENDIX, 1976, p. 138, grifos nossos).

¹²⁰ Conforme assinala Posen (1993, p. 120, tradução nossa): “a alfabetização em massa torna possível que os estados treinem exércitos maiores durante os períodos de paz, bem como de os mobilizar para a guerra com maior rapidez. Além disso, torna os soldados mais acessíveis à propaganda, tanto crianças quanto adultos, o que facilita a proliferação da ideologia nacionalista”.

entre transformações tecnológicas e as estratégias de controle e mobilização social utilizadas pelos governantes emergiram as condições que transformaram os súditos em cidadãos da nação (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 253).

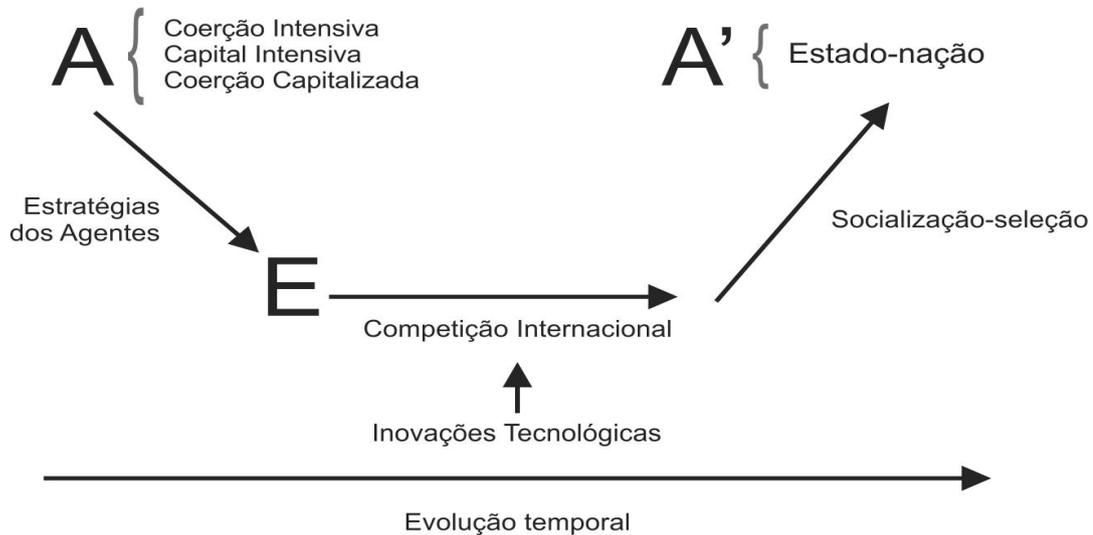
Desse modo, as consequências das preparações para a competição no SPI europeu durante o século XIX engendraram uma tendência não apenas de aumento da centralização da autoridade política nos SPN, mas também de transferência do controle do monopólio dos meios de força e da ordem reguladora da esfera privada — monarquia e a nobreza — para a esfera pública (ELIAS, 1993, p. 101, GIDDENS, 2001, p. 217)¹²¹. Ou seja, por meio de medidas que ampliavam a participação política da população; burocratizavam o aparato administrativo; e expandiam os gastos e funções sociais dos estados: “os regimes obtinham dos camponeses e trabalhadores uma lealdade ao Estado-nação universal, em contraposição a lealdade privada as nobrezas locais que ocorriam nas sociedades agrárias”¹²² (MANN, 1993, p. 501, tradução nossa).

A Figura 4 resume a relação entre agentes, estrutura e variáveis exógenas no processo de formação dos Estados-nação na Europa. Em um primeiro momento, estados com distintas estratégias de mobilização de recursos e ordens reguladoras (A) coexistiam no continente. Em uma segunda etapa, a escala dos recursos necessários para se enfrentar os constrangimentos impostos pela estrutura do SPI europeu (E) se altera em função de inovações tecnológicas e organizacionais no formato das forças militares. Por fim, o mecanismo da socialização–seleção elimina as unidades que incapazes de se adequar às novas exigências da competição internacional e consolida o Estado-nação como organização política predominante no SPI europeu (A’).

¹²¹ Norbert Elias descreve tal processo como: “o monopólio privadamente possuído por um único indivíduo ou família cai sob o controle de um estrato social mais amplo e se transforma, como órgão central do Estado, em monopólio público” (ELIAS, 1993, p. 101). Anthony Giddens, por sua vez, salienta que “ao mesmo tempo que o caminho em direção à soberania gera uma centralização dos recursos nas mãos dos governantes, ele estimula uma consciência generalizada de que o poder político depende de capacidades coletivas, que a figura do monarca talvez possa simbolizar, mas para a qual os adornos tradicionais do domínio real têm pouca relevância” (GIDDENS, 2001, p. 217).

¹²² No original: “*regimes obtained from peasants and workers not, as in agrarian societies, a particularistic loyalty to lineage and locality but an emerging loyalty to the universal nation-state*”

Figura 4 – Modelo da Evolução Temporal da Relação Agente–Estrutura no Processo de Construção dos Estados Europeus



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Concluindo, considera-se que duas hipóteses estão implícitas no modelo explicativo de Tilly. A primeira é que o modo como a competição nos SPN europeus estava delimitada durante o período medieval constrangeu as opções de estratégias utilizadas pelos governantes para enfrentar a competição internacional. Assim, nota-se que a trajetória das interações que determinaram a evolução da estrutura do SPI europeu foi dependente do curso de eventos ocorridos anteriormente dentro de cada sistema político nacional. Ademais, o longo período de coexistência entre estados com ordens reguladoras e estratégias de mobilização de recursos distintas sugere a impossibilidade do estabelecimento de modelos ideais de organização política. De fato, foram necessárias variações exógenas para que o mecanismo da socialização–seleção atuasse para convergir o formato das forças militares e consolidasse o Estado-nação como unidade predominante no sistema.

A segunda é que uma variável exógena — inovação tecnológica dos equipamentos militares — gerou efeitos nas dimensões de construção do estado e da concorrência regulada. O aumento na escala dos recursos necessários e as mudanças na natureza dos equipamentos tornaram a participação das massas nas guerras condição necessária para a sobrevivência no SPI europeu. Por conta disso, alterou-se a correlação de forças entre os governantes, organizações não estatais e indivíduos: diminuiu-se a influência da nobreza sobre o estado; surgiram condições para a reivindicação da ampliação de direitos civis, políticos e sociais nas

ordens reguladoras; e o nacionalismo se consolidou enquanto fonte de legitimidade da dominação estatal.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo investigou a ontologia dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados, bem como os efeitos que a competição entre seus respectivos agentes produz em seus processos evolutivos. Para tanto, recorreu-se à revisão crítica de categorias teóricas provenientes de três áreas: Teoria das Relações Internacionais; Sociologia Histórica; e Estudos Estratégicos. Objetivou-se desenvolver um modelo analítico que integrasse os constrangimentos impostos pela estrutura dos SPI, os condicionantes que sustentam a dominação estatal nos SPN e os elementos que permeiam o uso da força na competição internacional.

Partiu-se do pressuposto que tanto os SPI quanto os SPN são sistemas abertos. Logo, a relação entre unidades, estrutura e variáveis exógenas não pode ser analisada de maneira nomológica e determinística. Ou seja: “todos os padrões gerais de organizações sociais e de mudança social são compostos de resultados contingentes, intencionais e não intencionais” (GIDDENS, 2001, p. 252). Logo, argumentou-se que somente é possível integrar análises sobre o papel da agência com avaliações dos constrangimentos e incentivos estruturais se forem reconhecidos os limites epistemológicos e o caráter contingente da evolução histórica dos sistemas sociais (BRAUMOLLER, 2012).

Na primeira seção, defendeu-se a pertinência dos conceitos de anarquia e baixa especialização funcional presentes no modelo de SPI de Waltz (1979). Considerou-se que esses dois elementos não implicam a ausência de relações hierárquicas ou cooperativas entre os estados, mas sim que tais interações são condicionadas pela distribuição de poder e permeadas pela incerteza comportamental entre os agentes. Ou seja, a política internacional continua sendo “o reino do poder, da disputa e da acomodação”¹²³(WALTZ, 1979, p. 112, tradução nossa). No entanto, também se argumentou que esses elementos não limitam as possíveis trajetórias de evolução dos sistemas políticos internacionais, mas sim habilitam múltiplas vias. Desse modo, não há nada que assegure a reprodução de um sistema político anárquico ao longo do tempo. De fato, o resultado da interação entre estados, variáveis exógenas e mecanismos concorrentes pode favorecer tanto a descentralização quanto a

¹²³ No original: “*the realm of power, of struggle, and of accommodation*”.

concentração dos meios de força. Por fim, analisou-se o modelo explicativo de Hui (2005) sobre o processo de transformação do SPI formado por reinos chineses em 656 a.C., em um SPN dominado pela Dinastia Qin em 221 a.C. Afinal, os rivais do Reino Qin também eram organizações políticas que objetivavam sobreviver em um sistema anárquico. Contudo, os mecanismos de restauração da descentralização de poder não foram suficientes para impedir a integração do sistema. Naquele contexto, as reformas fortalecedoras e estratégias de desestabilização das alianças tornaram a concentração dos meios de coerção um processo de reforço positivo.

Na segunda seção, analisou-se o efeito da competição internacional no processo evolutivo dos estados e sistemas políticos nacionais. Considerou-se que a concentração dos meios de coerção em uma unidade específica — o estado — altera os meios utilizados na competição entre os agentes que formam os SPN. De acordo com os atores e meios envolvidos, três dimensões de conflito foram delimitadas: **competição internacional**: interações entre as unidades dos SPI; **construção do estado**: interações entre o estado e os demais agentes dos sistemas políticos nacionais; e **concorrência regulada**: disputas entre as organizações não estatais e indivíduos em torno das oportunidades específicas de vida nos SPN. Argumentou-se que a preparação dos agentes e o resultado dos embates em cada dimensão gera consequências para a evolução dos objetos de análise. Ao final, avaliou-se o a formação dos Estados-nação na Europa a partir do modelo explicativo proposto por Tilly (1996). Nesse caso: as formas pelas quais a construção do estado e a concorrência regulada se estabilizaram constrangeram as estratégias à disposição dos governantes para enfrentar a competição internacional posteriormente; o longo período de coexistência entre estados com ordens reguladoras e estratégias de mobilização de recursos distintas sugere a impossibilidade do estabelecimento de modelos ideais de organização política; e variações tecnológicas e organizacionais no formato das forças militares que competem no SPI geram efeitos nas dimensões de construção do estado e da concorrência regulada.

Por fim, considera-se que a análise realizada sugere que as consequências das estratégias utilizadas pelos estados para sobreviverem nos sistemas políticos internacionais e nacionais transcendem a dimensão securitária (LEVY; THOMPSON, 2011). Assim, a agenda de pesquisa que se debruça sobre os requisitos necessários para a “defesa do estado” deve ser indissociável de discussões sobre “para que(m) serve o estado”. Além disso, indica a progressividade do seguinte problema de pesquisa: em que condições as interações competitivas entre os agentes contribuem para o surgimento de organizações políticas capazes

de sobreviverem, atuarem no sistema político internacional e proverem segurança, bem-estar e direitos políticos para seus cidadãos?

3 COMPETIÇÃO, GUERRA E MUDANÇA SOCIAL: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PROJEÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

O artigo acima objetivou demonstrar elementos que indiquem a progressividade de uma agenda de pesquisa que recorra a mecanismos causais para compreender a relação agente–estrutura nas Relações Internacionais (HUI, 2005). Além disso, procurou-se salientar os nexos existentes entre a competição entre agentes e a evolução de outras dimensões sociológicas. Desse modo, sugeriu-se que as consequências dos imperativos que sustentam o emprego de força, bem como as estratégias utilizadas pelos estados para sobreviverem nos sistemas políticos internacionais e nacionais transcendem a dimensão securitária (LEVY; THOMPSON, 2011). Dito isso, nesta terceira parte, o estudo vai:

- a) indicar implicações teóricas e práticas decorrentes da análise;
- b) apontar possíveis trajetórias de continuação da agenda de pesquisa.

Do ponto de vista teórico, sugere-se que a incorporação de conceitos e categorias desenvolvidos pela literatura de Teoria de Sistemas e da Complexidade é fundamental para avançar de maneira coerente em relação a dicotomias ontológicas e epistemológicas nas ciências sociais (FRIEDMAN; STARR, 1997, EPSTEIN, 1997, JERVIS, 1998; BERTUGLIA; VAIO, 2005, ABBOT, 2006, ANDREAS, 2006, BRAUMOLLER, 2012, VASCONCELLOS, 2013). Por um lado, a compreensão do caráter não linear e probabilístico do processo evolutivo de sistemas sociais abertos permite a superação da divisão entre modelos explicativos nomológicos e a realização de estudos idiográficos (TILLY, 1995, BERTUGLIA; VAIO, 2005). Ou seja, aproximação entre teoria social e análise histórica (TILLY, 1981, GEUSS, 2011, p. 14). Por outro lado, o reconhecimento da existência de relações causais recursivas entre os componentes internos e as variáveis exógenas ao sistema possibilita estudos que integrem fatores políticos, econômicos e ideacionais sem que haja necessidade de se atribuir primazia ontológica a algum deles (TURCHIN; NEFEDOV, 2009, p. 4). Em outras palavras, trata-se de integrar novos elementos aos modelos lógicos que tratam da relação entre a política internacional e a nacional, sem abandonar a parcimônia, a coerência interna e o rigor conceitual¹²⁴.

¹²⁴ Por exemplo, nota-se a necessidade de melhor incorporação de variáveis contextuais – especialmente transformações ambientais, demográficas, tecnológicas – aos modelos que visam explicar processos evolutivos na política internacional (BIDDLE, 2004; GOLDSTONE, KAUFMANN; TOFT, 2012).

Especificamente em relação à controvérsia ontológica que norteou este trabalho, — a relação agente–estrutura — considera-se que a lógica explicativa por meio de mecanismos causais e a incorporação da dimensão temporal nos modelos teóricos são aspectos centrais para se avançar no debate (BASHKAR, 2008; HEDSTRÖM; YLIKOSKI, 2010). Isso porque, apesar de que a polarização da discussão entre o “individualismo metodológico” e o “estruturalismo” pareça superada (BRAUMOLLER, 2012), a confluência de agente e estrutura recorrida pela abordagem da Estruturação não fornece um panorama ontológico e epistemológico capaz de nortear pesquisas que se proponham a avaliar a evolução histórica de sistemas políticos internacionais (ARCHER, 1996). Dito isso, argumenta-se que as categorias propostas pelo Realismo Científico se apresentam como uma alternativa profícua para a progressão desse debate. Nomeadamente, considera-se que o aprofundamento do conceito de mecanismos causais, bem como sua incorporação aos modelos lógicos das teorias de Relações Internacionais constitui uma agenda de pesquisa que merece ser perseguida (FRIEDMAN; STARR, 1997; WIGHT, 2015). Em outras palavras:

O realismo deve continuar para onde está indo, nomeadamente, lutando para conectar as ‘partes’ e o ‘povo’, sem conceder em nenhum momento que suas respectivas propriedades podem se reduzir umas às outras, ou devem ser consideradas inseparáveis e mutuamente constituídas¹²⁵ (ARCHER, 2001, p.7, tradução nossa)

Nesse contexto, dois pressupostos ontológicos nortearam o artigo. O primeiro é que os constrangimentos e incentivos estruturais habilitam a emergência de mecanismos causais concorrentes e múltiplas trajetórias evolutivas em sistemas sociais abertos (HUI, 2005). Epistemologicamente, isso significa que generalizações automáticas de modelos lógicos são contraproducentes. Conforme salienta Charles Tilly (1995, p. 1.596, grifo nosso): “o emprego de modelos invariáveis assume um mundo político em que estruturas e eventos se repetem ao longo do tempo essencialmente da mesma maneira. Esse seria um mundo conveniente para os

Conforme se argumentou no artigo, tanto as inovações organizacionais e tecnológicas instauradas por Shang Iang às forças armadas e ao aparelho burocrático do Reino Qin (Hui, 2005) quanto as transformações no modo de emprego da força após o sucesso dos exércitos de massa durante as Guerras Napoleônicas (Tilly, 1996) foram elementos fundamentais na trajetória dos sistemas políticos internacionais na China e na Europa. Nesse caso, não se trata de abandonar a parcimônia teórica, mas atentar para os requisitos materiais que condicionam as interações competitivas entre organizações políticas em sistemas sociais anárquicos.

¹²⁵ No original: “*Realism should continue where it is going, namely struggling on to link the ‘parts’ and the ‘people’, without conceding for a moment that their respective properties and powers can be reduced to one another, or should be regarded as inseparable and mutually constitutive*”

teóricos, contudo, ele não existe”¹²⁶ Na medida em que a essência dos mecanismos causais não é o fato de que eles ocorrem invariavelmente, mas sim que eles incorporam uma cadeia de relações causais que podem ser localizadas em contextos distintos, sua identificação constituiu uma heurística para a especificação de proposições teóricas a partir de processos históricos específicos¹²⁷. Por conta disso, recomenda-se como agenda de pesquisa a identificação, por meio de estudos histórico-comparativos, de mecanismos que atuaram e produziram resultados distintos em sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e estados (TILLY, 1996, 2007, HUI, 2005, HERBST, 2000, CENTENO 2002, HEDSTRÖM; YLIKOSKI, 2010). Conforme argumenta Wong (1997, p. 284, grifo nosso):

O desafio de se avançar no conhecimento histórico reside em reduzir o número de suposições teóricas sobre como a mudança deve ocorrer universalmente e expandir o número de proposições historicamente sustentadas que vão ao encontro das nossas explicações sobre a mudança social. O desafio de avançar a teoria social reside em filtrar, a partir das particularidades de diferentes experiências históricas, o que de fato pode ser reivindicado como possuidor de significado geral. O perigo de confrontarmos tamanha diversidade é o de perdermos a convicção na nossa habilidade de criar ordem, descobrir padrões entre as variações e explicar a mudança. No entanto, se falharmos em enfrentar essas possibilidades, diminuiremos nossa capacidade de explicar múltiplos passados. Destituídos dessa competência de expandir nosso conhecimento, poderemos tornar-nos menos capazes de criar futuros desejáveis (WONG, 1997, p. 294, tradução nossa)¹²⁸.

O segundo pressuposto foi o de que somente é possível evitar a confluência e discernir efeitos causais de agentes sobre a estrutura — e vice-versa — analisando a trajetória de suas relações ao longo do tempo (FRIEDMAN; STARR, 1997). Para tanto, é necessário que os atributos que definem os agentes sejam distintos dos que definem a estrutura. Conforme se argumentou na primeira parte do trabalho, é nesse aspecto que reside a lacuna teórica no modelo explicativo proposto por Wendt (1999). Ao reduzir agentes e estrutura aos processos

¹²⁶ No original: “*the employment of invariant models assumes a political world in which whole structures and sequences repeat themselves time after time in essentially the same form. That would be a convenient world for theorists, but it does not exist*”.

¹²⁷ Conforme salienta John Elster, “o que temos é uma caixa de ferramentas de mecanismos, não um conjunto de leis. Não podemos prever quão racionalmente as pessoas se comportarão sob condições de incerteza ou de equilíbrios múltiplos, nem se o seu comportamento será governado pela racionalidade ou pelas normas sociais” (Elster, 1993, p. 198).

¹²⁸ No original: “*The challenge of advancing historical knowledge lies in reducing the number of our theoretical assumptions about how change should take place universally and expanding the number of historically supported propositions that go into our explanations of social change. The challenge of advancing social theory lies in shifting through the particular of different historical experiences to discover what fact can claim greater general significance. The danger of confronting so much diversity is that we will lose a belief in our ability to create order, discover patterns of variation amidst variety, and explain change. But if we fail to face the rich range of possibilities, we will diminish our capacities to explain multiple pasts. Lacking such faith to expand our knowledge we may become less able to create desirable futures*”.

interacionais, o autor torna a própria distinção conceitual entre as duas entidades irrelevante. Portanto, mesmo se fossem avaliados os elementos ideacionais que permeiam as interações entre organizações políticas, os pressupostos ontológicos de Wendt não forneceriam ferramentas adequadas para a compreensão da evolução do sistema. Nesse sentido, considera-se que o modelo de Waltz (1979) apresenta maiores possibilidades de progressividade teórica. A ontologia da estrutura do sistema político internacional proposto por ele não só independe dos atributos que definem os agentes, como também não desconsidera a capacidade de agência das unidades. Assim, não é preciso contrariar os pressupostos centrais do modelo waltziano — anarquia e baixa especialização funcional — para deduzir mecanismos causais que alterem o princípio de ordem da estrutura do sistema.

Além disso, a abordagem defendida por este estudo sugere a impossibilidade do estabelecimento de um modelo ideal de estado. De fato, não há organizações políticas e ordens reguladoras ideais, mas sim desenhos institucionais que se adequam a objetivos e ambientes contextuais distintos. Logo, ainda que assegurar a sobrevivência do estado seja uma condição habilitadora para qualquer outro desígnio (WALTZ, 1979, LEVY; THOMPSON, 2011), a busca por essa finalidade deverá estar em sincronia com os demais objetivos políticos definidos pelos agentes dos sistemas políticos nacionais, bem como concatenada com uma constante avaliação acerca da estrutura política internacional e da evolução de variáveis exógenas. Em outras palavras, na medida em que a forma pela qual os estados optam para enfrentar a competição nos SPI afeta o modo como eles tributam, em que valores culturais eles se legitimam e quais grupos eles favorecem, a agenda de pesquisa que se debruça sobre os requisitos necessários para a “defesa do estado” deve ser indissociável de discussões sobre “para que(m) serve o estado”.

Além disso, argumenta-se que a definição dos elementos que distinguem e conectam a evolução dos sistemas políticos internacionais, sistemas políticos nacionais e dos estados não é mera especulação teórica, mas sim fundamental para o desenvolvimento de alternativas institucionais viáveis capazes de mitigar os efeitos nocivos da competição interestatal. Por exemplo, pressupondo-se que os custos de sustentação de sistemas sociais com ordens de regulamentação comportamental é muito superior aos de sistemas anárquicos, considera-se improvável o surgimento de um governo capaz de regular de maneira efetiva as ações dos Estados em escala global (WALTZ, 1979). Mesmo que o incremento da interdependência econômica — seja em termos de fluxos informacionais, comerciais ou financeiros — constranja determinados comportamentos (KEOHANE; NYE, 2012), os limites logísticos e operacionais para a projeção de força necessária para a sustentação de uma unidade política

mundial tornam o sucesso de ações nesse sentido pouco crível (GILPIN, 1981). O resultado plausível de tal empreitada seria a formação de um “estado mundial” com baixa capacidade estatal, baixa legitimidade e sujeito à refutação constante de sua dominação. Em última instância, a guerra civil endêmica em nível mundial.

A implicação dessa avaliação é que há maior probabilidade de controle dos efeitos nocivos da competição internacional através do aprofundamento de processos de integração regional do que por meio do estabelecimento de governo mundial¹²⁹ (NOLTE, 2010; CEPIK, 2013). Do ponto de vista internacional, interações entre um número menor de organizações políticas facilitaria o controle coletivo dos processos evolutivos que ocorrem no sistema. Por sua vez, a menor assimetria de poder¹³⁰ entre os agentes incentivaria a busca por soluções políticas compartilhadas. Do ponto de vista da construção de sistemas políticos nacionais em escala regional, a proximidade geográfica diminui os custos inerentes da projeção de força necessária para a imposição de ordens reguladoras em comparação com a alternativa global. Desse modo, não apenas a coerção enquanto instrumento de controle comportamental poderia ser utilizada de maneira menos desgastante, como também há maior número de elementos identitários comuns que facilitariam a construção de legitimidade.

Contudo, a avaliação comparativa de processos históricos de construção de organizações políticas sugere que, mesmo em âmbito regional, tais iniciativas tendem a se deparar com múltiplos desafios e evoluir de maneiras imprevisíveis (ELIAS, 1993, TILLY, 1996, HERBST, 2000, CENTENO, 2002; HUI, 2005). Dito isso, argumenta-se que o aperfeiçoamento das organizações políticas atuais é indissociável da compreensão de que a busca por defesa e segurança pelos estados não é apenas uma força destruidora, mas também pode produzir efeitos que potencializam a coesão social e expansão de direitos fundamentais (GIDDENS, 2001, WILSON, 2013)¹³¹. Afinal, conforme salienta Barry Buzan (1984, p. 44,

¹²⁹ Pressões contextuais pelo desenvolvimento de instituições de governança com amplitude global surgem na medida em que problemas como os efeitos da mudança climática e da transição demográfica não podem ser resolvidos por cada Estado-nação individualmente. Nesse sentido, considera-se que essas questões tanto apresentam um potencial integrador, incentivando a adoção de soluções compartilhadas pelas organizações políticas, quanto potencializam conflitos, ao tornar mais acirrada a competição por recursos naturais cada vez mais escassos. Para avaliações nesse sentido, ver Smith (2007); Salehyan (2008) e Cepik (2013).

¹³⁰ Pode-se contra-argumentar que a menor assimetria de capacidades entre os Estados incentivaria comportamentos mais agressivos, na medida em que a incerteza acerca dos resultados de um conflito armado seria menor (GILPIN, 1981). De fato, conforme se argumentou ao longo do artigo, tanto a concentração dos meios de força quanto sua descentralização possuem potenciais desestabilizadores para os sistemas políticos internacionais. No entanto, considera-se que, na medida em que os requisitos materiais necessários para a projeção de força militar em escala global tornam os custos de manutenção de um governo mundial insustentáveis, empreitadas nesse sentido estão fadadas ao fracasso.

¹³¹ Por exemplo, a percepção de uma ameaça externa comum é poderoso incentivo para a construção de uma identidade coletiva entre os componentes de um sistema político nacional. Ademais, nota-se que o aumento

tradução nossa), “algo mais do que o simples desejo de escapar do estado de natureza gera a criação e a manutenção dos estados”¹³². Logo, torna-se necessário entender as conexões existentes entre a preparação militar nos níveis estratégico, operacional e tático com a evolução das instituições políticas, econômicas e culturais que constituem os sistemas políticos nacionais (LEVY; THOMPSON, 2011). Em outras palavras:

Se o Estado-nação irá desaparecer, como ocorreu no caso das antigas formas de estado (impérios, cidades-estado, e monarquias absolutistas), será por meio de processos políticos, não pela transcendência da própria política, como um idealista desejaria¹³³(GILPIN, 1981, p. 315, tradução nossa).

Resumindo, pressupondo-se que conflitos de interesses sejam intrínsecos às interações entre estados, organizações não estatais e indivíduos e a preparação e o resultado da competição entre esses agentes produzem consequências que transcendem a definição imediata de vencedores e perdedores, argumenta-se que a agenda de pesquisa decorrente deste trabalho deverá avançar debruçando-se sobre a seguinte questão: **em que condições a competição entre os agentes contribui para o surgimento de organizações políticas capazes de sobreviverem, atuarem no sistema político internacional e proverem segurança, bem-estar e direitos políticos para seus cidadãos?** Para tanto, na medida em que as guerras e seus imperativos são fenômenos catalisadores de transformações sociais, o diálogo entre Relações Internacionais, Sociologia Histórica e Estudos Estratégicos é imprescindível (HUI, 2005, LEVY; THOMPSON, 2011).

Conforme foi analisado no artigo, as atuais concepções sobre a relação entre Estado-nação e cidadania são influenciadas pelas trajetórias dos processo de construção do estado e das guerras no sistema político internacional europeu (BENDIX, 1976, TILLY, 1996). Ou seja: “apesar de que a guerra causou imenso sofrimento, teóricos da formação do estado observam que as exigência militares também foram condutoras de direitos de cidadania e da democracia constitucional”¹³⁴ (HUI, 2005, p. 168). Contudo, as obras de Jeffrey Herbst (2000) e Miguel Centeno (2002) sobre os processos de formação dos Estados-nação na África

no número de indivíduos que participam da atividade da defesa é geralmente acompanhado da extensão de direitos políticos e sociais nas ordens reguladoras dos SPN.

¹³² No original: *something more than a simple desire to escape the state of nature is at work in the creation and maintenance of states*

¹³³ No original: *If the nation-state is to disappear, as in the case of earlier forms of state (empires, city-states, and absolute monarchies), it would wish through a age-old political process and not as idealist would wish through a transcendence of politics itself*

¹³⁴ No original: *“although war has brought about immense hardships and sufferings, theorists of state formation observe that military exigencies have also been conducive to citizenship rights and constitutional democracy”*

e na América Latina respectivamente indicam que a relação entre competição internacional, construção de estados e expansão de direitos políticos, civis e sociais não é determinística¹³⁵. Ambos os autores apontam que fatores demográficos, penetração de agentes extrerregionais e as estratégias de mobilização de recursos escolhidas pelos governantes contribuíram para o surgimento e reprodução de organizações políticas pouco responsivas à população e com baixa capacidade de intervenção nos sistemas políticos nacionais em que se inserem. Assim, embora o Estado-nação tenha se consolidado enquanto unidade predominante no sistema político internacional atual, há diferenças notáveis em termos de capacidade estatal e na extensão das funções reguladoras e distributivas desempenhadas por cada um deles em seus respectivos sistemas políticos nacionais (BRAUTIGAM, 2008).

Mohameed Ayoob (1991) argumenta que o fato de existirem estados com níveis de capacidade estatal extremamente baixos implica distintas características para a competição internacional em diferentes regiões do sistema político internacional contemporâneo. Ou seja, a distribuição desigual de capacidades entre os agentes faz com que organizações políticas nominalmente similares possuam fontes de ameaça distintas e, portanto, um conjunto de capacidades materiais necessárias para assegurar sua sobrevivência. Por exemplo, se as interações entre países como Estados Unidos, Rússia e China são permeadas pelo fato de que a posse de capacidades de segundo ataque nuclear limite a possibilidade de conflito direto entre eles (WALTZ, 2008, CEPIK; MARTINS, 2014)¹³⁶ em regiões nas quais os governantes falharam em criar um consenso social e político com força suficiente para eliminar o uso da força em larga escala como um componente da política interna nacional (BUZAN, 1984, p. 62), a instabilidade do sistema político nacional ainda é a maior ameaça à sobrevivência dos estados. Conforme argumentam Jack Levy e William Thompson:

Estados que funcionam com organizações políticas fracas e possuem dificuldades para mobilizar recursos para guerras interestatais são especialmente vulneráveis a desafios internos. Sua maior fonte de ameaça é interna e não externa. Como resultado, guerras internas são mais comuns do que guerras interestatais na maior parte do sul global¹³⁷ (LEVY, THOMPSON, 2011, p. 208, tradução nossa).

¹³⁵ Sobre a formação dos Estados-nação na África, ver também Jackson e Rosenberg (1982), Hyden (2006). Acerca da formação dos Estados-nacionais na América Latina, ver Lopez-Alvez (2000).

¹³⁶ É importante salientar que essa condição também não é permanente. A busca pela primazia nuclear pela política externa e de segurança dos EUA coloca em dúvida o principal elemento de estabilização do sistema político internacional formado após a Segunda Guerra Mundial. Ver Larson; Shevchenko (2010); Cepik; Martins (2014).

¹³⁷ No original: “*States that function with weak political organizations that find it difficult to mobilize resources for interstate warfare and that are especially vulnerable to internal challenges. Their principal threat environment is internal rather than external. As a result internal war is more common than interstate war in much of the global South*”

Desse modo, nota-se que, apesar de anárquica, a competição no sistema político internacional contemporâneo ocorre de maneira estratificada. O controle relativo do processo de inovação tecnológica em setores estratégicos por parte de alguns Estados faz com que um número relevante de atores não possua capacidade de influenciar as interações competitivas no SPI (ARRIGHI, 1997, LEVY; THOMPSON, 2011, p. 68). Por conta disso, sugere-se que o conceito de reforma fortalecedora deve ser operacionalizado atentando-se para os constrangimentos impostos pela relação entre o Estado e os demais componentes dos sistemas políticos internacionais, bem como pela posição relativa do agente na distribuição de poder.

Concluindo, argumenta-se que uma agenda de pesquisa que avance sobre o problema ontológico da relação agente–estrutura no âmbito internacional possui implicações epistemológicas que contribuirão para a progressividade das Teorias de Relações Internacionais, bem como decorrências práticas na proposição de alternativas institucionais que mitiguem os efeitos nocivos da competição entre os agentes em suas distintas dimensões. Em outras palavras, seja para elaboração de arranjos que diminuam a possibilidade de conflitos interestatais, seja para construção de ordens reguladoras inclusivas e que provenham capacidade estatal e legitimidade para as organizações políticas, considera-se imprescindível: a adequação dos modelos teóricos à ontologia integrada e contingente da evolução de sistemas sociais abertos; e a compreensão de que a competição social e a busca por defesa e segurança produzem efeitos integradores.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Russ. *Emergence Explained: Abstractions*. **Wiley Periodicals**, New York, v. 12, n. 1, p. 13–26, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARCHER, Margaret. **Being Human**: the problem of agency. London: Cambridge University Press, 2001.
- ARCHER, Margaret. Social Integration and System Integration: developing the distinction. **Sociology**, New Jersey, vol. 30, n. 4, pp. 679–699, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**: money, power and origins of our time. London: Verso, 2010.
- AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, London vol. 43, n. 2, p. 257–283, 1991.
- BAYLEY, David. The Police and Political Development in Europe. In: TILLY, Charles (Org.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975. p.328-380.
- BAYLIS, John; WIRTZ, James. Introduction. In: BAYLIS, John *et al.* **Strategy in the Contemporary World**: an introduction to strategic studies. New York: Oxford University Press, 2002. p. 1-13.
- BENDIX, Reinhard. **Nation-Building and Citizenship**: studies of our changing social order. London: University of California Press, 1976.
- BERTUGLIA, Sergio; VAIO, Franco. **Nonlinearity, Chaos, and Complexity**: the dynamics of natural and social systems. New York: Oxford University Press, 2005.
- BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. New York: Routledge, 2008.
- BHASKAR, Roy. The Logic of Scientific Discovery. In: BHASKAR *et al.* (Ed.). **Critical Realism**: essential readings. London: Routledge, 1998. p.48-110.
- BIANCHI, Alvaro. O Conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 79–104, 2014.
- BIDDLE, Stephen. **Military Power**: explaining victory and defeat in modern battle. New Jersey: Oxford University Press, 2004.
- BLACK, Jeremy. **A Military Revolution?** Military change and european society 1550-1800. London: Macmillan Press, 1991.
- BOULDING, Kenneth. **Conflict and Defense**: A General Theory. New York: Harper and

Brothers, 1962.

BRAUMOLLER, Bear. **The Great Powers and International System: an empirical systemic theory perspective.** New York: Cambridge University Press, 2012.

BRAUTIGAM, Deborah. Introduction: Taxation and State Building in Developing Countries. In: BRAUTIGAM, Deborah; FJELSTAD, Odd-Helge; MOORE, Mick (Ed.). **Taxation and State Building in Developing Countries.** New York: Cambridge University Press, 2012. p.1-34.

BUNGE, Mario. Mechanism and Mechanismic Explanation. In: KALDIS, Byron (Ed.). **Encyclopedia of Philosophy and Social Science.** London: Sage, 2013. p. 380-385.

BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. **The Logic of Anarchy: neorealism to structural realism.** New York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International Systems in World History: remaking the study of international relations.** New York: Oxford University Press, 2000.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: the national security problem in international relations.** London: Harvester Press Group, 1984.

CAPRA, Friderich. **O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CENTENO, Miguel. **War and the Nation-State in Latin America.** University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional: da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, Isabel.; SORIA, Adrian. (Org.). **Desafios estratégicos Del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica.** 1 ed. San Jose: FLACSO, 2013.

CHECKEL, Jeffrey. Tracing Causal Mechanisms. **International Studies Review,** New York, vol. 2, n. 8, p. 362–370, 2006.

DAHL, Robert. **Who governs? Democracy and power in an American city.** New Haven: Yale University Press, 1961.

DINIZ, Eugênio; PROENÇA, Domício; RAZA, Salvador. **Guia de Estudos de Estratégia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ECKSTEIN, Arthur. **Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome.** London: University Of California Press, 2006.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador Volume 2: formação do estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

EPSTEIN, Joshua. **Nonlinear Dinamics, Mathematical Biology and Social Science.** New York: Addison-Weskey Publishing, 1997.

- FIGUEIREDO, Eurico. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: MARTINS, C. B.; LESSA, R. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 272-294.
- FINER, Samuel. The state and nation-building in Europe: the role of the military. In: TILLY, Charles (Org.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975. p. 84-164.
- FRIEDMAN, Gill; STARR, Harvey. **Agency, Structure, and International Politics: From ontology to empirical inquiry**. London: Routledge, 1997.
- GEUSS, Raymond. **History and Illusion in Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- GIDDENS, Antony. **Central Problems in Social theory: action, structure, and contradiction in social analysis**. Los Angeles, CA: University of California Press, 1979.
- GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GOLDIN, Paul. Han Fei's Doctrine of Self-interest. **Asian Philosophy**, New Jersey, v. 11, n. 3, p. 152-161, 2001.
- GOLDSTONE, Jack; KAUFMANN, Eric; TOFT, Monica (Eds.). **Political Demography: how populations changes are reshaping international security and national politics**. New York: Oxford University Press, 2012.
- GRAY, Colin. **Strategy and History: essays on theory and practice**. New York: Routledge, 2006.
- HAFNER-BURTON, Emilie; KAHLER, Miller; MONTGOMERY, Alexander. Network Analysis for International Relations. **International Organization**, London, n. 63, p. 559-592, 2009.
- HARDIN, Garret. The Cybernetics of Competition: a Biologist's view of society. **Perspectives in Biology and Medicine**, New York, v. 7, n. 1, p. 58-84, 1963.
- HAY, Colin; WINCOTT, Daniel. Structure, Agency and Historical Institutionalism. **Political Studies**, New York, v. 16, p. 951-957, 1998.
- HAY, Colin. Political Ontology. In: TILLY, Charles; GOODIN, Richard. (Eds.). **Oxford Handbook of Contextual Analysis**. New York: Oxford University Press, 2006. p. 78-97.
- HEATH, Eugene. Spontaneous Order. In: KALDIS, Byron (Ed.). **Encyclopedia of Philosophy and Social Science**. London: Sage, 2013. p. 460-466.
- HEDSTRÖM, Peter; YLIKOSKI, Petri. Causal mechanisms in the social sciences. **Annual Review of Sociology**, New Jersey, n. 36, p. 49-67, 2010.

HELLEINER, Eric. National Currencies and National Identities. **American Behavioral Scientists**, New York, v. 41, n. 10, p.1409-1429, 1998.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa**: comparative lessons in authority and control. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. **Nations and Nationalism since 1780**: programm, mith and reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HUI, Victoria Tin-bor. **War and state formation in ancient China and early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JACCARD, James; JACOBY, Jacob. **Theory Construction and Model-Building Skills**: a practical guide for social scientists. New York: The Guilford Press, 2009.

JERVIS, Robert. **System Effects**: complexity in political and social life. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

JONES, Archer. **The Art of War in the Western World**. New York: Oxford University Press, 1987.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000. London: Unwyn Himan, 1988.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. **International Security**, New Jersey, v. 20, n. 1, p. 39–51, 1995.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Glenview: Pearson, 2012.

KISER, Edgar; CAI, Yong. War and Bureaucratization in Qin China: Exploring an Anomalous Case. **American Sociological Review**, New York, v. 68, n. 4, p. 511–539, 2003.

KLIEMT, Hartmut; AHRLET, Marlies. Bargaining Theory. In: KALDIS, Byron (Ed.). **Encyclopedia of Philosophy and Social Science**. London: Sage, 2013. p. 230-236.

KRASNER, Stephen. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables, **International Organization**, New York, v. 36, n. 2, p. 185–205, Spring, 1982.

LARSON, Deborah; SHEVCHENKO, Alexei. Status Seekers Chinese and Russian Responses to U.S. Primacy. **International Security**, New Jersey, v. 34, n. 4, p. 63–95, 2010.

LAUER, Josh. Money as Mass Communication: U.S. Paper Currency and the Iconography of Nationalism. **The Communication Review**, Cambridge, v. 11, n. 2, p. 109–132, 2008.

LAYNE, Christopher. This Time is Real: the end of the unipolarity and the pax americana. **International Studies Quartely**, New York, n. 56, p. 203–215, 2012.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto, *et al.* (Ed.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 860-863.

LEVY, Jack; THOMPSON, William. **The Arc of War**: Origins, Escalation, and Transformation. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

- LEVY, Margaret. **Consent, Dissent and Patriotism**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- LEWIN, Roger. **Complexity: life at the edge of chaos**. New York: Macmillan, 1992.
- LEWIS, Mark. **Sanctioned Violence in Early China**. Albany: State University of New York Press, 1990.
- LEWIS, Mark. **The Early Chinese Empires: Qin and Han**. London: Harvard University Press, 2007.
- LOCKWOOD, David. Some Remarks on the Social System. **The British Journal of Sociology**, London, v. 7, n. 2, p. 134–146, 1956.
- LOPEZ-ALVEZ, Fernando. **State Formation and Democracy in Latin America, 1810-1900**. Durham: Duke University Press, 2000.
- LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Houndmills, England: Palgrave Macmillan, 2004.
- MAHONEY, James. Beyond correlational analysis: Recent innovations in theory and method. **Sociological Forum**, New York, v. 3, n. 1, p. 575–593, 2001.
- MANN, Michael. **States, War and Capitalism: studies in political sociology**. Oxford: Blackwell, 1992.
- MANN, Michael. **The Sources of Social Power Volume II: the rise of classes and nation states: 1760-1914**. Los Angeles: Cambridge University Press, 1993.
- MARSHALL, T. H. **Class, Citizenship and Social Development**. Westport: Greenwood Press, 1973.
- MATTEUCCI, Nicola. Contratualismo. In: BOBBIO, Norberto, *et al.* (Ed.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 430-433.
- MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2000.
- MITCHELL, Melanie. **Complexity: a guided tour**. New York: Oxford University Press, 2009.
- MOORE, Mick. Between coercion and contract: competing narratives on taxation and governance. In: BRAUTIGAM, Deborah; FJELSTAD, Odd-Helge; MOORE, Mick (Ed.). **Taxation and State Building in Developing Countries**. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 34-64.
- NOLTE, Deltef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, Durham, v. 36, p. 881–901, 2010.
- NORTH, Douglas; WALLIS, John; WEINGAST, Barry. **Violence and Social Order: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- PARET, Peter. **Napoleon and the Revolution of War**. In: PARET, Peter (Ed.) *Makers of*

Modern Strategy: from Machiavelli to the nuclear age. New Jersey: Princeton University Press, 1986. p. 125-143.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norberto, *et al.* (Ed.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 604-608.

PIERSON, Paul. **Politics in Time: history, institutions and social analysis**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

POGGI, Gianfranco. The Formation of the Modern State and the institutionalization of rule. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin (Eds.). **Handbook of Historical Sociology**. London: Sage, 2003.

PORTER, Bruce. **War and the Rise of the State: the military foundations of modern politics**. New York: The Free Press, 1994.

POSEN, Barry. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, New York, vol. 28, n. 1, p. 5–46, 2003.

POSEN, Barry. Nationalism, the Mass Army, and Military Power. **International Security**, New York, v. 18, n. 2, p. 80–124, 1993.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **Order out of Chaos: Man's new dialogue with nature**. New York: Bantam Books, 1984.

RAY, James. The Democratic Path to Peace. **Journal of Democracy**, Los Angeles, v. 8, n. 2, p. 49–64, 1997.

REENSTICH, Joachim. **The Making of a Digital World: the evolution of technological change and how it shaped our world**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

REIS, Bruno. O Mercado e a Norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 56-79, 2003.

ROSENSTEIN, Nathan. War, State Formation, and the Evolution of Military Institutions In Ancient China and Rome. In: SCHEIDEL, Walter. **Rome and China Comparative Perspectives on Ancient World Empires**. New York: Oxford University Press, 2009. p. 24-52.

RUSSETT, Bruce; STARR, Harvey. From Democratic Peace to Kantian Peace: Democracy and Conflict in the International System. In: MIDLARSKY, Manus (Ed.): **Handbook of War Studies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000. p. 220-245.

SALEHYAN, Idean. From Climate Change to Conflict: no consensus yet. **Journal of Peace Research**, New Jersey, v. 45, n. 3, p. 315–326, 2008.

SCHWELLER, Randall. Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing. **International Security**, v. 29, n. 2, p. 159–201, 2004.

SMITH, Anthony. War and ethnicity: The role of warfare in the formation, self-images and cohesion of ethnic communities. **Ethnic and Racial Studies**, Los Angeles, v. 4, n. 4, p. 375–397, 1981.

SMITH, Paul. Climate Change, Mass Migration and the Military Response. **Foreign Policy Research Institute**, New York, p. 607–633, 2007.

SPRUYT, Hendrick. **The Sovereign State and Its Competitors**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

STEIN, Howard. **Beyond the Institutional Agenda: an institutional approach to development**. London: The University of Chicago Press, 2008.

TELLIS, Ashley *et al.* **Measuring National Power in The Postindustrial Age**. New York: Rand Corporation, 2000.

THELEN, Kathleen. How Institutions Evolve: insights from comparative historical analysis. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. (Eds.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 221-254.

TILLY, Charles; GOODIN, Robert. It Depends. In: TILLY, Charles; GOODIN, Robert (Eds.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 3-34.

TILLY, Charles. **As Sociology Meets History**. New York: Academic Press, 1981.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Process, Huge Comparison**. Michigan: Russel Sage Foundation, 1983.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles. To Explain Political Processes. **The American Journal of Sociology**, New York, v. 100, n. 6, p. 1.594–1.610, 1995.

TILLY, Charles. War making and state making as organized crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Org.) **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 170-180.

TURCHIN, Peter; NEFEDOV, Sergey. **Secular Cycles**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2013.

WALTZ, Kenneth. Reflection on Theory of International Politics: a Response to my Critics. KEOHANE, Robert. (Ed.). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 342-383.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Covilha, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva volume 2**.

São Paulo: Editora UnB, 1999.

WELLER, Nicholas; ROGERS, Melissa. Income taxation and the validity of state capacity. **Journal of Public Policy**, London, p.1-24, 1993.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics. **International Organization**, New York, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, New York, v. 41, n. 3, p. 335–370, 1987.

WIGHT, Colin. Mechanisms and Models: Some Examples from International Relations. In: ARCHER, Margaret. **Generative Mechanisms Transforming the Social Order**. Conventry: Springer, 2015. p. 49-65.

WILSON, David; GOWDY, John. Evolution as a general theoretical framework for economics and public policy. **Journal of Economic Behavior and Organization**, New Jersey, v. 90, p. 3–10, 2013.

WILSON, Edward. **A Conquista Social da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WIMMER, Andreas. Models, Methodologies, and Metaphors on the Move. In: WIMMER, Andres; KOSSLER, Reinhart. **Understanding Change Models, Methodologies, and Metaphors**. London: Palgrave Macmillan, 2006. p. 1-37.

WOHLFORTH, William; KAUFMAN, Stuart; LITTLE, Richard. **The Balance of Power in World History**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

WOHLFORTH, William. How Not to Evaluate Theories. **International Studies Quarterly**, New York, v. 56, n. 1, p. 219–222, 2012.

ZIEGLER, Melissa; WELLER, Nicholas. Income Taxation and the Validity of State Capacity Indicators. **Journal of Public Policy**, New Jersey, p. 1–24, 2013.